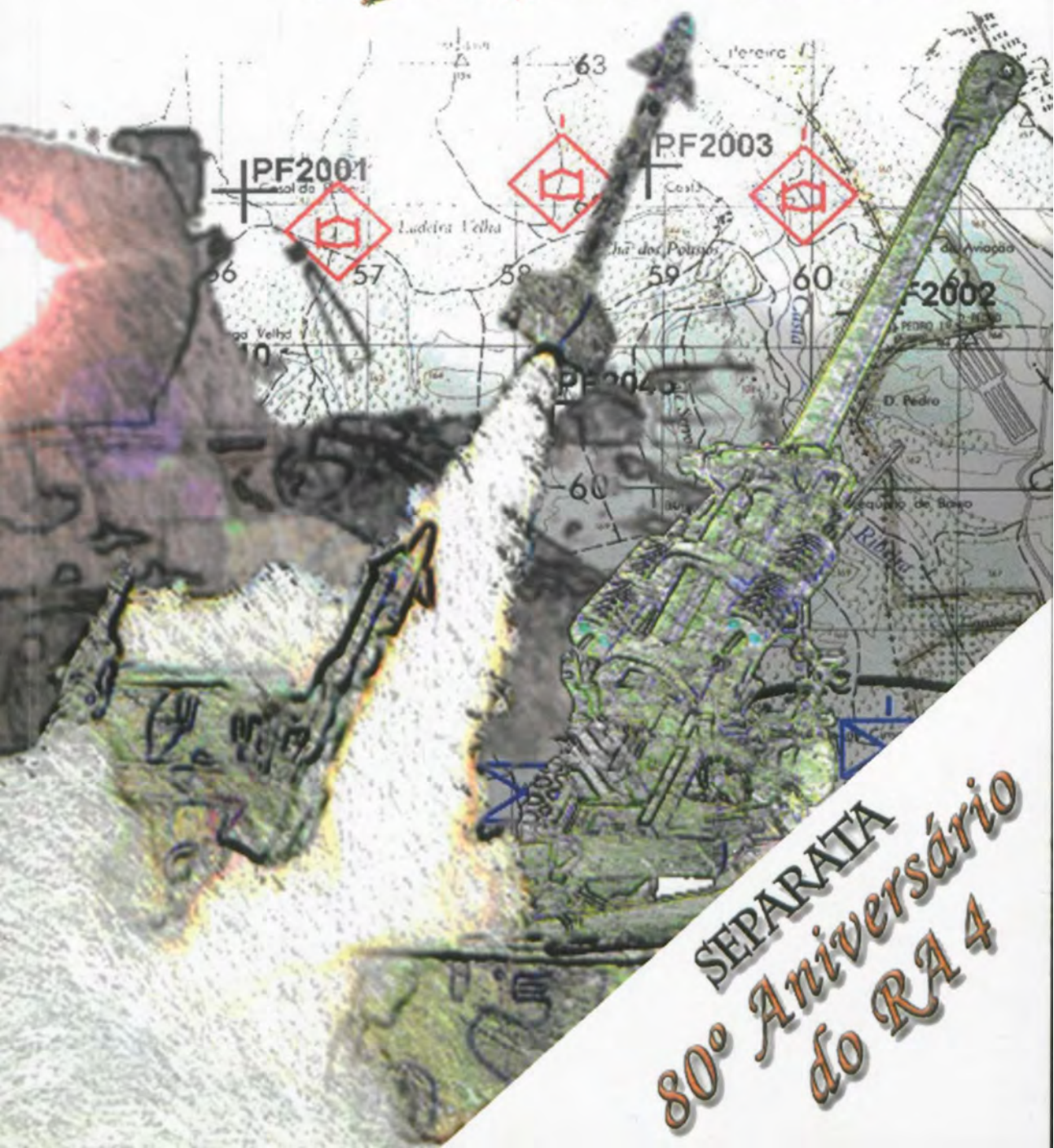




REV.ª DE ARILHARIA



SEPARATA
80º Aniversário
do RA 4

Mensagem do Major-General Comandante da Brigada de Intervenção

Considero um privilégio dirigir-me aos militares do Regimento de Artilharia nº 4 através desta mensagem que redijo pela primeira vez. É também uma oportunidade para dar a conhecer a realidade da “nova” Brigada de Intervenção que comemorou o seu primeiro aniversário no dia 6 de Junho.

A **Brigada de Intervenção**, desde **Julho de 2006**, assumiu um conjunto de grandes e novas responsabilidades, no que respeita ao comando de sete Regimentos, na prestação do Apoio de Serviços à área de Coimbra, no relacionamento com o mundo civil numa parcela considerável do nosso TN (de Chaves a Queluz), no fortalecimento e dinamização da cooperação com o meio universitário, na ligação a escolas, clubes e outras agremiações.



*Major-General
Martins Ferreira
MI Comandante da
Brigada de Intervenção.*

É possível identificar, hoje, nas unidades da Brigada um vastíssimo conjunto de **militares motivados, treinados** e comandados, em que a disciplina e a abnegação que evidenciam, nos permitem enfrentar o futuro com vontade de fazer cada vez melhor, onde o treino e a liderança darão certamente o seu inequívoco contributo, para a consolidação do **conceito de excelência** recentemente “lançado” na Brigada.

A **vertente operacional**, tem merecido uma atenção muito particular por parte do comando da Brigada, tendo sido divulgadas orientações e planeadas e conduzidas acções concretas, para reforçar a preparação e competência dos seus Quadros e Tropas. Constituem exemplos, o planeamento integrado em ciclos de treino operacional, a prioridade conferida à técnica individual do combatente, o treino centrado no combate e a identificação de listas das tarefas essenciais para o cumprimento da

missão, aspectos que se têm revestido, como elementos dinamizadores imprescindíveis, para a obtenção de elevados níveis de excelência, no que se refere ao desempenho global da Brigada de Intervenção.

Durante os últimos 12 meses, as unidades da Brigada desenvolveram uma intensa actividade operacional materializada através de três grandes vectores: **Exercícios, Aprontamento de Forças e Participação em Missões de Interesse Público**. Em todas as actividades cometidas ao RA 4 tem sido evidente o vosso profissionalismo e elevada competência.

O reequipamento da Brigada com as VBR “**Pandur II 8x8**”, a iniciar ainda este ano, proporcionará um conjunto de novas aptidões e uma intrínseca capacidade motivadora, acarretará implícitos melhoramentos infraestruturais nos diversos Regimentos, melhorando as condições da prestação de serviço, de tantos quantos neles servem e constituir-se-á certamente, como uma força motriz de dinamização das capacidades individuais e colectivas.

Vivemos hoje o entusiasmo da construção de uma “nova” Brigada, uma Força moderna, dotada de novas valências e capacidades, certamente com novas responsabilidades e exigências, as quais inequivocamente queremos assumir.

Para que um dia as gerações vindouras possam orgulhar-se do quanto hoje fazemos, procuramos não só manter acesa a nossa chama, mas também dar razão ao grande poeta, que na sua obra gloriosa nos exortou a trabalhar, para: “Que Fama Ilustre Fique”. Como comandante da Brigada de Intervenção, sei poder contar com os militares que servem no RA 4 a demonstração do mesmo espírito de missão, dedicação e tenacidade que foram, em todos os tempos, apanágio do Exército Português que todos servimos com orgulho.

Editorial

É com enorme satisfação que em 29 de Junho de 2007 comemoramos mais um aniversário deste Regimento de Artilharia. Os 80 anos que contam desde a sua criação conferem-lhe a responsabilidade inerente à maturidade e, ao mesmo tempo, realçam-lhe a dinâmica da juventude de uma Unidade que tem sido privilegiada nos desafios que lhe têm sido colocados.

Na intenção de deixar registado este evento de uma forma mais ampla, propusemos à Revista de Artilharia a publicação desta Separata dedicada ao Regimento de Artilharia N.º 4, o que mereceu dos seus órgãos o melhor acolhimento. Também, por isso, nos sentimos gratos ao comungar dos objectivos da Revista de Artilharia como um importante meio de divulgação da cultura artilheira em todas as suas componentes: A história, as tradições, os rituais, a linguagem, as técnicas e as tácticas, os processos, as Unidades, os materiais, os Soldados e as missões.

Sedeado no Quartel da Cruz da Areia, em Leiria, num conjunto de edifícios cuja construção data de 1955, o Regimento foi para aqui transferido em 1975 vindo das instalações junto ao Castelo da cidade. Hoje, a sua missão principal é, no âmbito do processo de Transformação do Exército em curso, aprontar um Grupo de Artilharia de Campanha para a Brigada de Intervenção. É uma missão que enforma a sua própria história, indiferente aos obuses 7,5 cm de 1926, aos 8,8 cm de 1943, aos 10,5 cm *K* e *R* da década de 60, aos já “reformados” 10,5 cm M101 A1 para o Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada Independente e aos actuais M 119 105 mm “*Light Gun*” que equipam as nossas Baterias de Bocas de Fogo.

Mas a obra é de Artilheiros... e é ela que nos transmite a responsabilidade de continuar e nos alimenta o entusiasmo para enfrentar os



*Coronel de Artilharia
Carlos Manuel Terron
da Silva Videira
Comandante do RA 4.*

desafios que se nos colocam. Diariamente, aqui servem o Exército cerca de 460 pessoas, entre Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis que sentem um grande orgulho no seu trabalho. Para além do objectivo principal da Unidade – aprontar um Grupo de Artilharia de Campanha para a Brigada de Intervenção – é, também, para nós um objectivo importante tornar esta Unidade uma escola de desenvolvimento profissional para os Quadros – Oficiais e Sargentos – proporcionando-lhes, tanto quanto possível, as melhores condições para o desenvolvimento das suas competências técnicas e de liderança.

Em complemento da Cerimónia Militar que hoje realizamos na parada do Quartel, saudamos, com esta pequena publicação mas grande intenção, todos quantos nos antecederam no cumprimento da missão deste nosso Regimento, moderno e bem equipado, e construíram o prestígio que tem alcançado como unidade – mãe da componente operacional artilheira do nosso Exército.

Bem-hajam.

Sumário

– Mensagem do MGen Comandante da Brigada de Intervenção	1
– Editorial	3
– SÚMULA HISTÓRICA DO REGIMENTO DE ARTILHARIA Nº 4	7
– O TREINO OPERACIONAL NO GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO	17
– <i>Introdução</i>	17
– <i>Enquadramento Conceptual</i>	17
– <i>Treino Operacional</i>	19
– <i>Grupo de Artilharia de Campanha</i>	20
– <i>Conclusões</i>	24
– O REGIMENTO EM ACÇÕES DE PROTECÇÃO CIVIL	27
– <i>Enquadramento Legal</i>	27
– <i>Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios</i>	28
– <i>Planos de Operações Vulcano, Lira e Aluvião</i>	29
– <i>Dados Estatísticos</i>	33
– A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR	37
– <i>Breve Introdução</i>	37
– <i>A Educação Física Militar no Âmbito Operacional</i>	38
– <i>A Educação Física Militar na Saúde e Bem-Estar das Tropas</i>	42
– <i>A Educação Física Militar no Regimento de Artilharia</i>	44
– <i>Conclusões</i>	45
– TOPOGRAFIA DO GAC DO RA 4 DA BRIGINT – NOVAS TECNOLOGIAS	47
– <i>Missão/Tarefas</i>	48
– <i>Novas Tecnologias</i>	48
– <i>Conclusões</i>	51
– PARTICIPAÇÃO DOS MILITARES DO REGIMENTO DE ARTILHARIA Nº 4 NAS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS EM DIFERENTES TEATROS DE OPERAÇÕES – EXPERIÊNCIA INESQUECÍVEL	53
– <i>Teatro de Operações de Timor-Leste</i>	54

– <i>Teatro de Operações do Kosovo</i>	57
– Breve Enquadramento do Conflito/antecedentes	57
– Apresentação da Missão/TO	59
– Organização e missão da KFOR	59
– Organização do Batalhão, missão, modalidades de emprego e capacidades	60
– Actividade Operacional Desenvolvida	62
– FRAMEWORK OPERATIONS	62
– Exercícios de Reservas BALKAN HAWK	62
– Cross Boundary Operations	62
– Intel Driven Operations	63
– Missão dos Militares do Regimento de Artilharia Nº 4 integrados no 3BPARA	63
– Perspectiva de evolução da missão / conflito e da força no futuro próximo	66
– <i>Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina</i>	68
– Enquadramento	68
– Antecedentes	68
– Missão e Organização EUFOR	69
– Ambiente Operacional	71
– Caracterização da área de responsabilidade da equipa de observação e ligação	71
– Áreas de actuação	72
– Considerações Finais	73
– <i>Teatro de Operações do Iraque</i>	75
– Enquadramento	75
– Antecedentes	77
– Missão e Organização	78
– Treino, Aconselhamento, Mentoriação	80
– Harmonizar o Treino e o Equipamento	81
– Actuação Pessoal na Ntm-I	82
– Considerações Finais	83

Súmula Histórica do Regimento de Artilharia N.º 4

Pelo Coronel de Artilharia
LUÍS FRANCISCO BOTELHO MIGUEL

Artigo actualizado pelos Tenente-Coronel de Artilharia
LUÍS MIGUEL GREEN DIAS HENRIQUES
e Major de Artilharia
ARTUR MANUEL MENDES FIGUEIREDO



Fig. 1 – *Participação do Regimento na
Defesa da Ponte de Amarante.*

O Regimento de Artilharia N.º 4 passou a ter o dia 29 de Junho como “Dia festivo”¹, na sequência da reorganização iniciada em Junho de 1927 “...por se impôr a necessidade de realizar economias no orçamento do Ministério da Guerra sem diminuir a eficiência do Exército...”². O Regimento

¹ Despacho 29/90 de 19 de Fevereiro do General CEME.

² Ordem do Exército n.º 7 (1ª Série) de 30 de Junho de 1927.

recebe a designação de Regimento de Artilharia Ligeira Nº 4 com sede em Leiria no aquartelamento de S. Pedro, antigo Paço Episcopal, junto ao Castelo³ (fig. 2).



Fig. 2 – O RAL 4 (junto ao Castelo).

Nesse tempo, o Regimento foi equipado com o obús 7,5 cm TR m/904 (fig. 3), realizando anualmente uma Escola de Recrutas e mais tarde duas. Os Praças eram de modo geral, pouco letrados, pelo que as Escolas Regimentais⁴ tinham bastante relevo. Pretendia-se, com estas, que acabassem o Serviço Militar com, pelo menos, o exame da 3ª classe do Ensino Primário.



Fig. 3 – Obús 7,5 cm TR m/904.

Em 1943, chega ao Regimento o primeiro material de tracção auto, o obús 8,8 cm m/943 (fig. 4), rebocado pela viatura MORRIS. Este material coexistia com o obús 7,5 hipomóvel. Mais tarde, foram substituídos pelos obuses K e R 10,5 cm/28 m/41 (fig. 5) que, com as modificações realizadas em 1952, nomeadamente no tubo, permanecem na Unidade até 1978.

³ Decreto-Lei Nº 13.851, de 29 de Junho de 1927.

⁴ Escolas Regimentais: forma de alfabetizar os militares que vinham cumprir o Serviço Militar Obrigatório.



Fig. 4 – Obús 8,8 cm m/943.



Fig. 5 – Obús R 10,5 cm/28 m/41.

Entretanto, em 1955, cabe ao Regimento de Artilharia Ligeira N.º 4 a responsabilidade de constituir, para a 3ª Divisão (SHAPE), um Comando de Artilharia Divisionária e os Grupos de Artilharia de Campanha 1 e 2, para fazer face a compromissos internacionais. Para este efeito, a Unidade recebeu um enorme volume de material, nomeadamente de transmissões e cerca de 300 viaturas. Para satisfazer as necessidades de parquear todas as viaturas foi necessário utilizar “...as paradas do Quartel do Regimento de Infantaria N.º 7 (Cruz d’Areia) e do antigo Hospital Militar, no convento de S. António dos Capuchos, onde as viaturas ficavam estacionadas roda a roda...”.

Entre 1955 e 1960, existem diversas referências sobre a participação dos militares do Regimento de Artilharia Ligeira N.º 4 em exercícios da Divisão, demonstrando um “...elevado grau de especialização e treino, nomeadamente nas especialidades de Posto Central de Tiro, Topografia e Transmissões. Ocasões houveram em que praticamente todas as ligações do Comando da Divisão com as Unidades de manobra eram asseguradas pelos meios artilheiros presentes...”.

No ano de 1961, com o início das operações no Norte de Angola, o Regimento de Artilharia Ligeira N.º 4 teve que mobilizar 3 Baterias de Artilharia, com organização tipo Infantaria. Foram as Companhias de Artilharia 101, comandada pelo Capitão Albuquerque Nogueira, a Companhias de Artilharia 119, comandada pelo Capitão Fernandes Basto, ambas para Angola, e a Companhias de Artilharia 178, comandada pelo Capitão Franco Charais, para Moçambique. A maior parte do material que possuía teve de ser entregue nos diversos depósitos para ser redistribuído pelas unidades mobilizadas.

Em 1963, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº 4 passa a Centro de Instrução Nacional de Amanuenses e Escriturários, os quais, na sua quase totalidade, integravam, depois da instrução, as várias Unidades com destino ao Ultramar.

Por ser uma Unidade essencialmente de Instrução, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº 4 não foi envolvido nos acontecimentos do 25 de Abril de 1974. Apesar de tudo viveu no seu interior algumas tensões provocadas por grupos extremistas. Um dos pormenores curiosos dessa época foi “...o súbito desejo dos militares passarem a usar barba e bigode! Em 6 de Fevereiro de 1975 a Ordem de Serviço publicava autorização nesse sentido a 40 soldados...”.

Em 1975 são extintos, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº 4 e o Regimento de Infantaria Nº 7⁵, criando nas instalações da Cruz d’Areia, o Regimento de Artilharia de Leiria (fig. 6).



Fig. 6 – Edifício do Comando do RA 4.

A mudança concretizou-se em 1 de Maio de 1975 sob o comando do Coronel Delfim Nunes que assumira os destinos da Unidade dias antes, a 19 de Abril de 1975. Em Junho de 1975, o anterior aquartelamento de S. Pedro é cedido na sua quase totalidade para alojar regressados do Ultramar.

Paulatinamente, os militares do Regimento de Artilharia de Leiria foram encontrando de novo a normalidade conforme refere o Louvor de 13 de Maio

de 1976 concedido pelo Comando da Região: “...tem demonstrado vincada determinação em atingir um grau de eficiência adequado à sua importante missão de apoio de fogos, sendo notória a progressiva melhoria da preparação técnico-táctica dos seus quadros e tropas, o que muito tem contribuído para a consolidação do espírito de corpo existente na Unidade, onde se assiste ao ressurgir das qualidades e virtudes tradicionalmente apanágio dos artilheiros...”.

Em 1976, no âmbito da reestruturação do Exército, é decidido criar a 1ª Brigada Mista Independente, não só para satisfazer compromissos internacionais, como para incentivar a melhoria da preparação técnica e táctica dos

⁵ Despacho 31/REO de 3 de Abril de 1975 do General CEME.

seus militares. Ao Regimento de Artilharia de Leiria é cometida a responsabilidade de levantar um Grupo de Artilharia de Campanha. Assim, em 1 de Abril de 1977, juram bandeira os recrutas do 1º turno da Escola de Recrutas de 1977 que integraram a 1ª Bateria de Bocas de Fogo, comandada inicialmente pelo Capitão Canatário Serafim e, mais tarde, pelo Capitão Canha da Silva. As Escolas de Recrutas seguintes servem para alimentar o levantamento da Bateria de Comando e das 2ª e 3ª Baterias de Bocas de Fogo.

Em Maio de 1979, é recebido o novo obús 105mm/22 M101A1 (fig. 7) para equipar as Baterias de Bocas de Fogo. Logo em Junho de 1979, o Grupo de Artilharia de Campanha, com o novo material, participa na fase LIVEX do Exercício MARTE 79.

O Grupo de Artilharia de Campanha da 1ª Brigada Mista Independente permanece no Regimento de Artilharia de Leiria até 10 de Abril de 1991, data em que é definitivamente transferido para as actuais instalações no Quartel da Artilharia no Campo Militar de Santa Margarida.

Em 16 de Março de 1991 é constituída a Bateria de Artilharia de Campanha 10.5 que fica a depender, para efeitos administrativos e disciplinares, do Grupo de Comando e Serviços. Esta Bateria é extinta em 30 de Setembro de 1991.

O Regimento de Artilharia de Leiria entra num período essencialmente voltado para a instrução, nomeadamente de condução auto.

Em 1993, o Regimento de Artilharia de Leiria recebe a designação de Regimento de Artilharia N.º 4, continuando sedado no quartel da Cruz da Areia em Leiria.



Fig. 7 – Obús 105mm/22 M101A1.



Fig. 8 – Obús 105mm/22 M101A1.

Em 14 de Junho de 1993 é extinta a Região Militar do Centro, passando o Regimento a depender da Região Militar do Norte desde essa data.

Em 1996, é cometido ao Regimento a formação e enquadramento do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Aerotransportada Independente. Assim, a 26 de Novembro de 1996 é transferida do Regimento de Artilharia Nº 5 a 1ª Bateria de Bocas de Fogo, iniciando-se depois a constituição das restantes baterias. Esta Bateria de Bocas de Fogo estava inicialmente equipada com o obús M101A1 tendo sido substituído, em 1998 pelo obús 105mm/30 M119 m/98 Light Gun (fig. 8). Este material equipa actualmente todas as Baterias de Bocas de Fogo do Grupo.

Desde 15 de Julho de 2006, devido a reestruturação do Exército, é extinta a Região Militar do Norte passando o Regimento de Artilharia Nº 4 a depender do comando da Brigada de Intervenção.

HERÁLDICA



Armas

- Escudo de ouro, um leão de negro, animado, lampassado e armado de vermelho; franco-cantão de vermelho com uma flôr de lis de prata.
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra.
- Correia de vermelho perfilada de ouro.
- Timbre: Dois canhões passados em aspa, sustendo um castelo, tudo de prata.
- Condecorações: Circundando o escudo, o colar de Oficial da Ordem de Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.
- Divisa: Num listel de branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir **“FORTES E LEAIS”**.

Simbologia e Alusão das Peças

- **LEÃO** evoca os campos de batalha de Flandres onde, durante a I Guerra Mundial, as Baterias do Regimento de Obuses de Campanha (ROC) praticaram brilhantes feitos de armas e evidenciaram excepcional valor, coragem e decisão que o 1º Grupo de Baterias de Artilharia (GBA) demonstrou por ocasião da Batalha de 9 de Abril, apondo com o seu fogo tenaz resistência ao avanço do inimigo, até ao total esgotamento das suas munições.
- **A FLÔR DE LIS** alude à cidade de Leiria onde, em 1926, o ROC e o 2º Grupo do RA 2 originaram o Regimento de Artilharia Nº 4.

Os Esmaltes Significam

- **O OIRO**, a força de ânimo demonstrada nos feitos de armas praticados.
- **A PRATA**, a riqueza do historial do seu comportamento em combate.
- **O NEGRO**, a constância demonstrada nas horas amargas da adversidade.

Condecorações:

- Duas Medalhas de Oficial da Ordem Militar de Torre e Espada do valor, lealdade e mérito.
- Três Medalhas de Cruz de Guerra de 1ª classe.

Antigos brasões do Regimento



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- *Boletim Comemorativo do 74º aniversário do Regimento de Artilharia N.º 4*, 01 de Junho de 2001, Regimento de Artilharia N.º 4.

Referências de sites na Internet

- <http://www.geira.pt/museus/atrio/>
- <http://www.exercito.pt/>
- <http://www.revista-artilharia.pt/>



O Treino Operacional no Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Intervenção

Pelo Tenente-Coronel de Artilharia
MANUEL MARIA BARRETO ROSA

INTRODUÇÃO

Desde o tempo de paz que as forças militares procuram alcançar o mais alto grau de proficiência. O meio mais importante de que, para isso, lançam mão é a instrução militar, a qual tem como objectivo último melhorar constantemente o valor combativo dos indivíduos e das unidades dos vários escalões. A instrução abrange, assim, a preparação técnica e a formação moral e cívica dos seus vários elementos.

Ao elaborar este artigo procurámos que nele constassem as noções essenciais sobre o Sistema de Instrução no Exército e a sua componente específica do Treino Operacional, sempre sob o signo da simplicidade, dando de seguida um desenvolvimento razoável, que não exaustivo, à forma como se processa o treino operacional na Brigada de Intervenção e no seu Grupo de Artilharia de Campanha. Pensamos que tal articulação tornará mais fácil e, quiçá, atraente a sua leitura por parte dos interessados e entendemos ser de recomendar a leitura do Regulamento Geral da Instrução do Exército (RGIE), que é, nos aspectos versados, mais completo e que poderá ser consultado por quem quiser aprofundar o estudo ou fazê-lo com mais pormenor.

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

De acordo com Regulamento Geral da Instrução do Exército, o Sistema de Instrução do Exército (SIE)¹ compreende três componentes: **ensino, formação e treino.**

¹ Entende-se por Sistema de Instrução do Exército (SIE) o conjunto de entidades, de actividades e de processos que visam o desenvolvimento do potencial humano da instituição, em todas as suas fases de permanência na organização, para a satisfação dos objectivos do Exército e a valorização individual dos seus elementos (RGIE, 14 Fevereiro 2002, 1-2).

A componente do **ensino** insere-se no sistema de ensino nacional e tem como finalidade a obtenção de resultados a longo prazo. Traduz-se no desenvolvimento geral do indivíduo, estimulando-lhe a capacidade de raciocínio e de reflexão, a memória, o espírito e análise críticas, a criatividade e a inovação (RGIE, 14 Fevereiro 2002, 1-1 e 1-3).

Por sua vez, a componente **formação** visa o desempenho eficiente e eficaz das tarefas atribuídas aos militares. É específica da instituição, incorpora a formação necessária à satisfação das necessidades do Exército e tem como objectivo a aquisição de saberes, de capacidades e de qualidades pessoais, exigidas por uma actividade ou função particulares (RGIE, 14 Fevereiro 2002, 1-1 e 1-4).

O **treino** é também uma componente específica da Instituição. Traduz a capacidade de manter a eficiência e a eficácia do desempenho dos militares nas suas funções, permitindo através da prática sistemática e planeada dos conhecimentos adquiridos, de carácter individual ou em grupo, aperfeiçoar e/ou manter as capacidades, os saberes, as aptidões e as atitudes obtidas através do ensino e da formação. O treino no Exército articula-se nas seguintes divisões: **treino na função, treino orientado e treino operacional** (RGIE, 14 Fevereiro 2002, 1-1 e 1-5).

O **treino na função**² envolve o conjunto de actividades ministradas no local normal de trabalho, visando a manutenção e o aperfeiçoamento das atitudes, conhecimentos e/ou perícias requeridas para uma tarefa ou cargo. Por sua vez, o **treino orientado**³ é definido como o conjunto de actividades de treino que visa a manutenção e o aperfeiçoamento das capacidades fornecidas aos militares através da formação e do treino na função, vocacionado para uma situação ou missão específica. Constituem exemplos a preparação de uma unidade a destacar para o exterior ou de militares isolados para participação em missões internacionais.

Por último, o conjunto de actividades de treino que se destinam à manutenção e aperfeiçoamento das capacidades operacionais dos militares do Exército, individual ou colectivamente, é designado por **Treino**

² Este tipo de treino é da responsabilidade do Comando da Instrução do Exército no que diz respeito à concepção, ao apoio técnico-pedagógico, à validação e à avaliação, enquanto que a execução é da responsabilidade do Comando sob o qual o militar presta serviço (RGIE, 14 Fevereiro 2002, 1-5).

³ Este tipo de treino, no que à preparação de Unidades diz respeito, é da responsabilidade do Comando a quem é cometida a missão de as organizar e aprontar, contando no que diz respeito à concepção do programa de treino, ao apoio técnico-pedagógico, à validação e avaliação, com a colaboração do Comando de Instrução e Doutrina e do Comando Operacional (RGIE, 14 Fevereiro 2002, 1-5).

Operacional⁴. O treino operacional inclui exclusivamente as tarefas da directa responsabilidade do Comando Operacional. É exactamente neste conjunto de tarefas que se inserem os **exercícios operacionais** planeados e conduzidos pela Força Operacional Permanente do Exército, de acordo com as orientações difundidas pelo Comando Operacional na sua directiva anual.

TREINO OPERACIONAL

Sob este título engloba-se a instrução de forças constituídas em unidades operacionais. É, por assim dizer, a última fase de toda a instrução onde se vão aplicar, coordenadamente, todas as acções parcelares de comando, de estado-maior, de ligação, de logística e de combate. É nesta fase que se avalia a proficiência das tropas.

O treino operacional inclui o conjunto de actividades do militar, integrado em forças, que se destina a manter, complementar e aperfeiçoar os seus conhecimentos práticos em condições tão próximas quanto possível das condições em que se desenvolvem as operações militares. De acordo com as orientações difundidas pelo Comando da **Brigada de Intervenção**, tendo como finalidade a obtenção e manutenção da eficiência das suas subunidades na execução das tarefas decorrentes das suas missões operacionais, todo o **treino** conduzido pela Brigada de Intervenção deverá ser **centrado no combate** com ênfase para as tarefas essenciais de combate (Directiva de Comando para o Biénio 2007-2008, 22 Fevereiro 2007, pág. 25).

A elaboração da **Lista de Tarefas Essenciais para a Missão (LTEM)**⁵, executadas a partir das Unidades Escalão Companhia (UEC) e submetidas à aprovação do escalão superior, é um processo colectivo que a unidade tem de saber executar com proficiência. Os Comandantes têm de saber identificar todas as tarefas essenciais para o cumprimento da missão operacional que lhe for atribuída e essa LTEM será a base do programa de treino da unidade, reduzindo o número de tarefas que a unidade tem de treinar e centrando os esforços nas tarefas colectivas para o cumprimento da missão.

Depois de seleccionadas as tarefas essenciais para a missão, os Comandantes identificam os objectivos de treino para cada uma das tarefas. Cada **objectivo de treino** englobará os seguintes elementos: **tarefa**

⁴ Este tipo de actividade de instrução é da responsabilidade do Comando Operacional, contando no que diz respeito à concepção do programa de treino, apoio técnico-pedagógico, validação e avaliação, com a colaboração do Comando da Instrução e Doutrina (RGIE, 14 Fevereiro 2002, 1-6).

⁵ O Treino Operacional "Centrado no Combate" da Brigada de Intervenção, 25 Setembro 2006.

(descrição de uma actividade bem definida e mensurável, a cumprir individual e colectivamente), **condições** (circunstâncias e o ambiente na qual a tarefa deverá ser executada) e **nível** (grau de proficiência minimamente aceitável para o desempenho da tarefa). O treino não estará terminado até que cada tarefa seja executada de acordo com o nível estabelecido, devendo as mesmas ser repetidas até serem atingidos os níveis de execução definidos. Por este motivo e por permitir ao Comandante obter elementos para desenvolver o seu conceito⁶ para o treino, a avaliação⁷ no desempenho de cada tarefa da LTEM assume grande importância.

Tendo em consideração o mencionado nos parágrafos anteriores, todo o treino é desenvolvido através da integração das unidades de combate, apoio de combate e de serviços em sub-agrupamentos e agrupamentos tácticos, no quadro geral da manobra de **armas combinadas**. É, preferencialmente, desenvolvido no quadro da Brigada e revestindo a forma de um exercício, de modo a atingir e manter níveis de interoperabilidade e cooperação militar necessários à integração em forças conjuntas e combinadas.

Sobressai em todas as tarefa de instrução a **preparação dos quadros**. Aos órgãos que nela intervêm é atribuído o mais elevado grau de responsabilidade e verifica-se, em permanência, uma adaptação dos programas às alterações do ambiente operacional. Aos instrutores exige-se, além da capacidade técnica, conhecimento prático da actividade operacional, alto exemplo da dedicação ao serviço e elevado espírito de missão. Só esse conjunto de dotes permitirá quebrar o medo e a retracção natural dos instruendos e, se for caso disso, esclarecer conceitos errados que porventura eles perfilhem. Um instrutor sem prática operacional e sem espírito de missão fica diminuído na indispensável autoridade moral e terá dificuldade em incutir confiança àqueles cuja preparação lhe foi entregue.

GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

De acordo com a missão definida pelo Exército, o Regimento de Artilharia Nº 4 garante o aprontamento do Grupo de Artilharia de Campanha com o nível de prontidão superiormente determinado. Através da

⁶ Os elementos fundamentais para a elaboração do conceito de treino são o conhecimento pormenorizado da doutrina de treino e de operações, a avaliação dos níveis de proficiência das LTEM e o conhecimento das possibilidades do inimigo.

⁷ Avaliação: T – A Unidade está treinada e demonstrou a sua proficiência no cumprimento da tarefa, tendo alcançado o nível estabelecido para o combate; P – A Unidade necessita de praticar a tarefa porque não atingiu os níveis estabelecidos para o combate ou experimentou dificuldades no cumprimento da tarefa; N – A Unidade não está treinada para executar a tarefa.

realização de exercícios ou outras actividades no âmbito do treino, o Grupo de Artilharia de Campanha conduz o treino dos seus quadros e tropas. Preferencialmente, o treino do Grupo de Artilharia de Campanha é desenvolvido no quadro da **Brigada de Intervenção**, sob a forma de um **exercício** conduzido num ambiente de **armas combinadas**, permitindo deste modo atingir e manter níveis de interoperabilidade e cooperação militar essenciais à integração do Grupo de Artilharia de Campanha em forças conjuntas e combinadas.

Assim, no âmbito das suas actividades de treino operacional, o Grupo de Artilharia planeia, conduz e participa em **exercícios** das séries CANIFA, PINHAL, TANGO, TROVÃO, DRAGÃO e EFICÁCIA.

Os exercícios da série **CANIFA e PINHAL** são exercícios de escalão Bateria, planeados e conduzidos com a finalidade treinar aspectos técnicos e tácticos de natureza artilheira e de sobrevivência dos meios de apoio de fogos no campo de batalha. Estes exercícios decorrem, respectivamente, no interior do Aquartelamento e na Mata do Pinhal de Leiria. A responsabilidade primária de planeamento destes exercícios é do Grupo de Artilharia de Campanha, sendo financiados a partir das dotações orçamentais para actividades de Vida Corrente e Funcionamento Normal (VCFN) do Regimento.

Como tarefas essenciais a treinar nestes exercícios, destacamos as seguintes: reconhecimento, escolha e ocupação de posições; camuflagem de equipamentos e de viaturas; estabelecimento do controlo topográfico; pontarias de boca de fogo; execução de missões de tiro simuladas e treino de procedimentos de interrupção de tiro; elaboração dos planos de defesa imediata das Baterias e treino de procedimentos de reacção a ataques terrestre e aéreos; utilização do obus em tiro directo simulado; deslocamentos tácticos e reacção a incidentes com colunas; ocupação expedita e de emergência de posições de tiro; treino de procedimentos NBQ; estabelecimento das comunicações e operação dos meios de transmissões orgânicos.



Por sua vez, os exercícios das séries **TROVÃO** e **TANGO** são exercícios de escalão Grupo, conduzidos no Campo Militar de Santa Margarida.

Os primeiros têm como finalidade permitir a prática do planeamento e emprego dos meios do Grupo de Artilharia de Campanha no quadro da missão de apoio de fogos convencionais e/ou no âmbito das operações de apoio à paz, de acordo com os objectivos de treino fixados pela Brigada de Intervenção. Os exercícios **TROVÃO** encontram-se contemplados no Programa Anual de Exercícios do Exército, sendo financiados a partir das dotações orçamentais para actividades de Vida Corrente e Funcionamento Normal (VCFN) atribuídas pelo Comando Operacional à Brigada de Intervenção.

Os exercícios da série **TANGO** são conduzidos no âmbito do Plano Geral de Tiro do Exército (PLANO TANGO, 14 Maio 1994), da responsabilidade do Comando de Instrução e Doutrina, de acordo com o grau de esforço em vigor para a Instrução de Tiro de Manutenção de graduados e praças do Grupo de Artilharia de Campanha. Atendendo às limitações impostas pela distância do Regimento ao Campo Militar de Santa Margarida, aos recursos financeiros e às infra-estruturas de tiro disponíveis, existe uma tendência para planear a execução dos exercícios desta série em simultâneo com os exercícios da série **TROVÃO**, terminando estes últimos com uma sessão de fogos reais de artilharia e com



o tiro de manutenção de Metralhadora Pesada Browning 12.7mm (Programa de Instrução de Tiro de Artilharia). A execução do tiro de manutenção de armas ligeiras tem sido integrada com o planeamento do Regimento e decorrido de acordo com o definido no Anexo A (Programa de Instrução e Tiro de Infantaria e de Tiro Comum às outras Armas e Serviços) ao Plano Geral de Tiro do Exército. Os exercícios desta série são financiados a partir das dotações orçamentais para actividades de Vida Corrente e Funcionamento Normal (VCFN) do Regimento.

No que diz respeito aos exercícios da série **DRAGÃO**, da responsabilidade primária da Brigada de Intervenção, releva o facto de serem

exercícios de escalão Brigada, contemplados no Programa Anual de Exercícios do Exército e financiados pelas dotações orçamentais para actividades de Vida Corrente e Funcionamento Normal (VCFN), atribuídas pelo Comando Operacional à Brigada de Intervenção. Estes exercícios são planeados para decorrer na Serra da Padrela e conduzidos com a finalidade de exercitar as subunidades da Brigada de Intervenção no planeamento e execução de operações militares, conduzidas no âmbito do *Artigo 5º* e *Não-artigo 5º* do Tratado de Washington, de acordo com as características consignadas nas capacidades desta Brigada. No âmbito da Artilharia, como tarefa essencial a treinar, assume particular importância o treino dos procedimentos de planeamento e de coordenação do apoio de fogos, com vista à sua completa integração na manobra da força apoiada.

Por último, temos os exercícios da série **EFICÁCIA**. Tratam-se de exercícios de nível Exército, conduzidos no Campo Militar de Santa Margarida, da responsabilidade do Comando Operacional. Este exercício evoluiu da sua natureza essencialmente artilheira para um exercício de apoio de fogos tendo, no corrente ano, sido integrado no exercício ROSA BRAVA. O exercício conta com a participação dos



Grupos de Artilharia de Campanha das Brigadas de Intervenção e Mecanizada, do Pelotão de Aquisição de Objectivos da Escola Prática de Artilharia e ainda com outros elementos de apoio de fogos do Sistema de



Forças Nacional, nomeadamente: pelotões de morteiros pertencentes à Força Operacional Permanente do Exército e ao Corpo de Fuzileiros e apoio aéreo pela Força Aérea Portuguesa. Os exercícios desta série constituem uma excelente oportunidade para testar a interoperabilidade dos meios existentes nas várias unidades de apoio de fogos e para uniformizar procedimentos em todas as fases e actividades

qual contribui para o sucesso dos objectivos definidos para os exercícios desta série e constitui um momento de salutar convívio e de fortalecimento do espírito de corpo entre todos os artilheiros.



No âmbito da preparação dos **quadros**, de acordo com as orientações superiores, tem sido promovido *“o saber técnico e tático artilheiro, através de actividades de formação e da instrução individual e colectiva”* (Directiva de Comando para 2007, 15 Janeiro 2007, Regimento Artilharia Nº 4), essenciais ao sucesso de todas as tarefas de treino operacional e à realização profissional dos quadros e dos militares que estes enquadram.

CONCLUSÕES

As operações altamente móveis e o elevado poder de destruição das armas actuais, caracterizadores do moderno campo de batalha, exigem prontidão de resposta na execução dos fogos que possibilite bater objectivos fugazes, desgastar as formações inimigas antes que estas desencadeiem o seu ataque ou dispersem e reagir a decisões rápidas decorrentes de situações inopinadas. Requerem, igualmente, que os meios de apoio de fogos possam sobreviver num campo de batalha caracterizado pela mobilidade e poder de fogo.

Para alcançar estes objectivos, é essencial que o treino em tempo de paz se mantenha centrado no combate, com ênfase para as tarefas essenciais de combate, utilizando sistemas e estruturas que, actuando em permanente contacto com o estado-maior e os demais executantes, os envolvam em situações, condições de actuação e ritmo de tarefas que os coloquem tão próximo quanto possível do ambiente a que poderão ficar sujeitos em tempo de guerra.

Conscientes que o treino em tempo de guerra requerer tratamento mais cuidado, através da prática sistemática e planeada dos conhecimentos adquiridos, de carácter individual ou em grupo, este tipo de abordagem permite manter em tempo de paz elevados padrões de eficiência e responder com eficácia e em tempo oportuno às crises que teimam em perfilar-se no sistema internacional.

Através do rigor colocado em todas as actividades de treino operacional em que participa, o Grupo de Artilharia de Campanha assume o seu compromisso para com a Brigada de Intervenção e com a Arma de Artilharia de continuar a melhorar o valor combativo dos seus militares e da unidade, condição indispensável para responder com eficácia aos desafios do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Regulamento Geral de Instrução no Exército, 14 Fevereiro 2002, Comando de Instrução e Doutrina.
- Directiva de Comando para o Biénio 2007-2008, 22 Fevereiro 2007, Brigada de Intervenção.
- O Treino Operacional “Centrado no Combate” da Brigada de Intervenção, 25 Setembro 2006.
- Plano Geral de Tiro do Exército, 14 Maio 1994, Comando de Instrução e Doutrina.
- Directiva de Comando para 2007, 15 Janeiro 2007, Regimento Artilharia N.º 4



O Regimento em Acções de Protecção Civil

Pelos Majoires de Artilharia
ARTUR MANUEL MENDES FIGUEIREDO
CARLOS HENRIQUE CORTÊS GOMES LEÃO

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Tendo por base a *Lei de Bases da Protecção Civil*¹, entende-se por *Protecção Civil a actividade desenvolvida pelo Estado, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram*. Assim sendo, a actividade de protecção civil tem um carácter permanente, multidisciplinar e pluris-sectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução.

São agentes de Protecção Civil, de acordo com as suas atribuições próprias:

- a. Os Corpos de Bombeiros;
- b. As Forças de Segurança;
- c. As Forças Armadas;
- d. As autoridades marítima e aeronáutica;
- e. O INEM e demais serviços de saúde;
- f. Os Sapadores Florestais.

Os agentes de Protecção Civil actuam sob a direcção dos comandos ou chefias próprios.

A colaboração das Forças Armadas pode revestir as seguintes formas:

- a. Acções de prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios;
- b. Reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, em especial na hospitalização e evacuação de feridos e doentes;

¹ Lei 27/2006 de 3 de Julho.

- c. Acções de busca e salvamento;
- d. Disponibilização de equipamentos e de apoio logístico para as operações;
- e. Reabilitação de infra-estruturas;
- f. Execução de reconhecimentos terrestres, aéreos e marítimos e prestação de apoio em comunicações.

2. COMISSÕES MUNICIPAIS DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Determina a Lei nº 14/2004 de 08 de Maio a criação das Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios atribuindo-lhes como missão, coordenar, a nível local, as acções de defesa da floresta contra incêndios florestais e promover a sua execução. Estas comissões têm na sua composição um representante da autoridade militar do Exército na área do município.

Os representantes do Exército junto das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios têm, de acordo com a legislação, as seguintes atribuições:

- a. Aconselhar e assessorar tecnicamente nas áreas relativas à actuação das Forças Armadas em acções de protecção civil;
- b. Colaborar na elaboração de Planos Distritais de protecção civil;
- c. Emitir pareceres para o Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), relativos aos Planos Distritais;
- d. Servir de ligação entre a estrutura distrital de protecção civil e o Estado Maior General das Forças Armadas
- e. Auxiliar na coordenação da actuação das Forças Armadas existentes na área do Distrito, com os restantes agentes de protecção civil.

O Regimento de Artilharia Nº 4 tem nomeados elementos nas Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios nos seguintes Concelhos do Distrito de Leiria: Castanheira de Pêra, Pombal, Leiria, Nazaré, Alcobaca e Porto de Mós.

Com a recente extinção da Guarnição da Figueira da Foz, foi feita uma redistribuição dos Concelhos onde estavam nomeados pela extinta Escola Prática do Serviço de Transportes representantes do Exército neste tipo de Comissões, ficando o Regimento com a responsabilidade pelos seguintes Concelhos do Distrito de Coimbra: Figueira da Foz, Miranda do Corvo e Penela.

O Regimento tem, ainda, nomeado um representante junto do Governo Civil de Leiria.

DISTRITOS	CONCELHOS	REPRESENTANTE DO EMGFA
LEIRIA	CASTANHEIRA DE PÊRA	CAP Marto Silva
	POMBAL	CAP Roque
	LEIRIA	MAJ Figueiredo (junto do Governo Civil) MAJ Alves
	PORTO DE MÓS	TCOR David
	NAZARÉ	CAP Avelar
	ALCOBAÇA	MAJ Lourenço
COIMBRA	FIGUEIRA DA FOZ	CAP Rodrigues
	MIRANDA DO CORVO	CAP Prata
	PENELA	MAJ Leão

3. PLANOS DE OPERAÇÕES VULCANO, LIRA E ALUVIÃO

O Governo Civil de Leiria, o Regimento de Artilharia Nº 4 e a Sociedade para o Desenvolvimento Agro-Florestal S.A., assinaram, em Julho de 2003, um protocolo no âmbito do Programa “Protecção à Floresta – Distrito de Leiria mais seguro”, que teve como objectivo prevenir a ocorrência ou minimizar os efeitos negativos de incêndios florestais através da realização de acções de patrulhamento e vigilância das zonas florestais e sensibilização das populações com a distribuição de folhetos com recomendações.

No ano de 2004, face ao sucesso do protocolo estabelecido entre as entidades já referidas e em virtude de, em vários Distritos, haver vontade de se realizarem protocolos idênticos, o Exército em coordenação com a Secretaria de Estado das Florestas participou em acções de patrulhamento e vigilância das Matas Nacionais.

Pode assim dizer-se que foi a partir da iniciativa do Governo Civil de Leiria e do Regimento de Artilharia Nº 4 em 2003, que surgiu em 2005 o “Plano de Operações Vulcano”.

a. Plano de Operações “VULCANO”

Nos últimos anos tem sido seguida pela sociedade em geral uma linha de orientação que considera que a importância do sector florestal e a necessidade da sua preservação e desenvolvimento é uma prioridade, e que a

prevenção da ocorrência de fogos florestais constitui um objectivo estratégico de interesse nacional. O Exército, não sendo alheio a esta situação, colabora desde 2005 no âmbito da Prevenção dos Fogos Florestais de acordo com protocolos de colaboração anuais, estabelecidos com a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF). Neste âmbito, o Regimento, em coordenação com a Circunscrição Florestal do Centro, desenvolveu no ano de 2005 acções de combate ao fogo em primeira intervenção, patrulhamento motorizado e montagem de um posto de vigilância fixo em S. Bartolomeu, Nazaré e em 2006 realizou acções de combate aos incêndios em primeira intervenção.



Nos patrulhamentos motorizados foram utilizadas equipas de três militares, um Sargento e duas Praças, sendo um o condutor, que se deslocavam numa viatura táctica ligeira ¼ ton UMM, percorrendo diariamente na Mata Real itinerários previamente coordenados com a Circunscrição Florestal do Centro, com o objectivo de prevenir, detectar e comunicar de forma rápida e eficiente deflagrações de incêndios.

Estes patrulhamentos tinham a duração máxima de 10 horas diárias, podendo abarcar períodos nocturnos, com a finalidade de prevenir e detectar fogos florestais, contribuindo para a redução da possibilidade da sua eclosão.

O posto de vigilância fixo de S. Bartolomeu, Nazaré foi guarnecido por equipas de quatro militares, um Cabo e três Soldados, 24 horas por dia com a missão específica de detecção e comunicação oportuna às entidades competentes de deflagrações de incêndios florestais nas Matas Nacionais, tendo em vista a minimização dos seus efeitos.



As equipas de sapadores desenvolveram a sua acção nos anos de 2005 e 2006, na Mata Nacional do Urso, próximo de Pedrogão, foram constituídas por dois Sargentos e dez Praças, organizadas em turnos alternados de um Sargento e cinco Praças, utilizando nos seus deslocamentos uma viatura táctica com guincho. Estas equipas têm como objectivo exercer uma acção preventiva contra os fogos florestais, tendo em vista uma acção rápida e incisiva nos primeiros momentos do incêndio.

A Direcção Geral dos Recursos Florestais, de acordo com o protocolo, foi responsável pela formação técnica adequada às equipas de sapadores, através de cursos técnico-práticos, ministrados por técnicos florestais especializados.

Os cursos foram ministrados no Campo Militar de Santa Margarida, em estágios de três dias, durante os quais as equipas receberam treino para executar as seguintes tarefas:

- Construção de linhas quebra-fogo, utilizando ferramentas de sapador manual, no sentido de promover a contenção/supressão de fogos nascentes em acções de primeira intervenção;
- Realização de acções de rescaldo;
- Realização de acções de vigilância e sensibilização da população.

Para além da formação, a Direcção Geral dos Recursos Florestais garantiu o apoio logístico necessário para a manutenção e actuação das equipas, ou seja, forneceu a alimentação, o alojamento, o uniforme individual em material ignífugo, com o símbolo do Exército inscrito, rádios, ferramentas manuais de sapador (foiçã, enxadão-machado, ancinhos-enxadas, ancinhos-raspadores, pás de valar, batedores-abafadores, mochila dorsal com aspersor) e uma viatura 4x4, com unidade hidráulica de 1500 litros.



Durante o ano de 2005 a equipa de sapadores, fruto das condições climáticas, teve um grande empenhamento em termos de combate em primeira intervenção, enquanto que em 2006 actuou sobretudo em acções de vigilância e sensibilização das populações.

Após dois anos de experiência, pode-se dizer que estas equipas são um importante meio de dissuasão em

virtude da sua permanência e modo de actuação bem como um meio que permite maior rapidez na contenção/supressão de fogos nascentes, pois além de estarem posicionados nas áreas de maior risco de incêndios, podem ser deslocadas para outras áreas por meios terrestres ou helitransportados.

b. Plano de Operações “LIRA”

O Exército, considerando que as acções de combate a incêndios florestais se inserem na área de interesse de toda a sociedade portuguesa e que importa minimizar os seus efeitos devastadores, tem vindo a apoiar a estrutura da Protecção Civil em operações de rescaldo e de apoio logístico.



Neste âmbito, o Regimento, em coordenação com as entidades competentes, colabora com a estrutura da Protecção Civil através de acções que tendem a minimizar os efeitos dos incêndios florestais e de acções relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, para as quais tenha capacidade dentro dos parâmetros definidos pela legislação.

Face ao exposto, o Regimento tem que estar apto para, à ordem, garantir a realização das seguintes acções de colaboração de protecção civil:

- (1) Colaboração com as Corporações de Bombeiros em operações de rescaldo, de acordo com Normas Técnicas e de forma condicionada pelos meios disponíveis, pela missão operacional e pela avaliação dos riscos para o pessoal, decorrente da situação e preparação exigida, dependente da análise caso a caso a efectuar pelos diversos escalões de comando ou determinações superiores;
- (2) Apoio logístico às Corporações de Bombeiros, Serviços Florestais, Serviços de Protecção Civil e outros elementos empenhados nas acções de combate a incêndios nas seguintes modalidades:
 - (a) Apoio de alimentação;
 - (b) Apoio de transporte;
 - (c) Apoio sanitário de emergência, incluindo evacuação terrestre de sinistrados;
 - (d) Apoio em material diverso (material de aquartelamento, tendas de campanha, geradores, depósitos de água);
 - (e) Abastecimento de água a populações carenciadas ou a Unidades empenhadas no combate a incêndios;
 - (f) Disponibilização de infra-estruturas do Regimento para apoio de Unidades terrestres ou aéreas de combate aos fogos.

O Regimento de Artilharia Nº 4 tem tido um grande empenhamento neste tipo de acções relacionadas com o Plano LIRA, com especial ênfase para o ano de 2005 devido às condições climatéricas, como se pode deduzir dos dados estatísticos apresentados no quadro no ponto 4.

c. Plano de operações “ALUVIÃO” – Apoio a eventuais situações de cheias

A estrutura da Protecção Civil tem vindo a contar com o apoio do Exército em situações de cheias por se considerar que estas acções se inserem na área de interesse da sociedade portuguesa. Neste âmbito, o Regimento tem de estar preparado para, à ordem, realizar as seguintes acções de protecção civil:

- (1) Providenciar acções de busca e salvamento de pessoas e bens;
- (2) Disponibilizar meios de transporte;
- (3) Disponibilizar instalações para alojamento de emergência;
- (4) Distribuir alimentação e/ou géneros alimentares e abastecimento de água;
- (5) Reforçar o pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde.

Nos últimos anos não tem sido solicitado, por parte das entidades competentes, grande empenhamento do Regimento em apoio de acções devido a situação de cheias.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

a. Plano VULCANO

<i>Ano</i>	<i>Actividade</i>	<i>Período de actuação</i>	<i>Local</i>	<i>Meios empenhados diariamente</i>	<i>Viaturas</i>	<i>Km's percorridos</i>
2005	<i>Vigilância fixa</i>	01JUL05 a 14OUT05	S. Bartolomeu (Nazaré)	01 Cabo e 03 Praças	01 Viatura média	
	<i>Patrulhamento motorizado</i>	01JUL05 a 14OUT05	Matas Nacionais (Pinhal de Leiria)	01 Sargento e 02 Praças	01 Viatura ligeira	15,000 Km
	<i>Equipa de Sapadores</i>	01JUL05 a 14OUT05	Matas Nacionais	01 Sargento e 05 Praças	01 Viatura média	6,750 Km
2006	<i>Equipa de Sapadores</i>	03JUL06 a 30SET06	Mata Nacional do Urso	01 Sargento e 05 Praças	01 Viatura média	9,000 Km

b. Plano LIRA

Plano LIRA – Ano de 2005			
Local	Período de Empenhamento	Meios Envolvidos	
		Humanos	Viaturas
Figueira da Foz	07 a 09 Junho de 2005	4 Of (1), 9 Sar (2), 54 Pr (3)	2 Lig (4), 2 Pes (5)
Góis	19 a 20 Junho de 2005	2 Of, 4 Sar, 36 Pr	3 Lig, 2 Pes
Penacova	10 a 13 Julho de 2005	2 Of, 4 Sar, 29 Pr	2 Lig, 2 Pes
Venda de Galizes - Oliveira do Hospital	19 a 24 Julho de 2005	7 Of, 8 Sar, 71 Pr	4 Lig, 8 Pes
Leiria	04 a 09 Agosto de 2005	4 Of, 8 Sar, 62 Pr	5 Lig, 7 Pes
Viana do Castelo	14 a 15 Agosto de 2005	1 Of, 2 Sar, 16 Pr	1 Lig, 1 Pes
Coimbra	16 a 24 Agosto de 2005	9 Of, 18 Sar, 137 Pr	9 Lig, 9 Pes
Figueira da Foz - Soure	01 a 03 Outubro de 2005	2 Of, 4 Sar, 36 Pr	2 Lig, 2 Pes
Pombal - Vermoil	03 a 08 Outubro de 2005	5 Of, 20 Sar, 115 Pr	5 Lig, 10 Pes
TOTAIS		Oficiais - 36 Sargentos - 77 Praças - 556	Viat Ligeiras - 31 Viat Pesadas - 43

Plano LIRA – Ano de 2006			
Local	Período de Empenhamento	Meios Envolvidos	
		Humanos	Viaturas
Vila Nova de Ourém	18 Julho de 2006	OF -1, SAR -2, Praças -18	Viat Lig -1; Viat Pes -1
Fafe	05 a 06 Agosto de 2006	OF-5, SAR- 8, Praças -73	Viat Lig- 4; Viat Pes- 5
S. Pedro do Sul	10 a 12 Agosto de 2006	OF- 1, SAR- 2, Praças -18	Viat Lig- 1; Viat Pes- 1
Porto de Mós	11 a 13 Agosto de 2006	OF- 3, SAR- 6, Praças -57	Viat Lig- 3; Viat Pes- 3
Figueiró dos Vinhos	12 a 14 Agosto de 2006	OF- 2, SAR- 4, Praças -37	Viat Lig- 2; Viat Pes- 2
TOTAIS		Oficiais - 12 Sargentos - 22 Praças - 203	Viat Ligeiras - 11 Viat Pesadas - 12

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- *Normas Técnicas de Apoio à Participação de Militares do Exército em Operações de Rescaldo em Incêndios Florestais*, 22 de Junho de 1992, Direcção da Arma de Engenharia.
- *Directiva Operacional n.º 10/CEMGFA/99*.
Colaboração das Forças Armadas em Acções de Protecção Civil.
- *Plano de Operações "LIRA"*, Fevereiro de 2005, Comando Operacional das Forças Terrestres.
- *Plano de Operações "LIRA"*, Abril de 2006, Comando Operacional das Forças Terrestres.
- *Plano de Operações "LIRA RA 4"*, Junho de 2005, Regimento de Artilharia n.º 4.
- *Plano de Operações "LIRA RA 4"*, Maio de 2006, Regimento de Artilharia n.º 4.
- *Plano de Operações "VULCANO"*, Abril de 2005, Comando Operacional das Forças Terrestres
- *Plano de Operações "VULCANO"*, Junho de 2006, Comando Operacional das Forças Terrestres
- *Plano de Operações "VULCANO RA 4"*, Junho de 2005, Regimento de Artilharia n.º 4
- *Plano de Operações "VULCANO RA 4"*, Junho de 2006, Regimento de Artilharia n.º 4

Diplomas Legais

- *Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho*
Lei de Bases da Protecção Civil
- *Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio*
Lei das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Referências de sites na Internet

- <http://www.proteccaocivil.pt/>
- <http://www.min-agricultura.pt/>
- <http://www.exercito.pt/>



A Importância da Educação Física Militar na Actividade Militar

Pelo Capitão de Artilharia
RUI ANTÓNIO BESTEIRO RODRIGUES

BREVE INTRODUÇÃO

Mesmo com os admiráveis progressos tecnológicos que os meios materiais sofrem, tem sido e, provavelmente, continuará a ser a componente humana a peça fulcral da doutrina de um Exército e a sua capacidade de combate.

O rigor e a agressividade do ambiente de combate exigirão muito de cada Soldado. As suas limitações fisiológicas e psicológicas tornam-nos na parte mais vulnerável do sistema de combate. Elevadas amplitudes térmicas, terreno acidentado, medo, incerteza, confusão, cansaço serão factores inerentes a este ambiente que afectarão moralmente cada Soldado.

Face a isto, todos os comandantes têm responsabilidades relativamente aos seus soldados, devendo ter em consideração os desafios fisiológicos e psicológicos que os seus soldados enfrentarão, no sentido de minimizar os efeitos da agressividade do ambiente de combate, porque Soldados mal preparados ou doentes dificilmente resistem a toda a agressividade do ambiente de combate.

Na actualidade, o que se passa numa Unidade, Estabelecimento ou Órgão Militar, é que estas agressões não são do ambiente de combate, mas sim as agressões do dia a dia como por exemplo o "stress". Por outro lado, entrou-se numa situação em que o sedentarismo e o próprio meio militar levou a que os militares (independentemente do posto ou sexo), comecem a correr factores de risco.

É claro que a Educação Física Militar é importante no aspecto prático de preparação para o combate, e por isso, devemos estabelecer essa

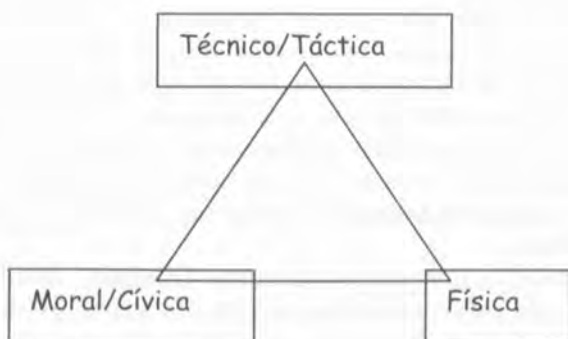
prioridade mas, é também importante definir outras áreas de intervenção tendo como base um conjunto de actividades físicas. A Educação Física Militar deverá incentivar, de uma forma ou de outra, a ocupação dos tempos livres por parte dos militares fundamentalmente através dos desportos de recreação e de competição, aperfeiçoando assim, a aptidão física.

As Capacidades Físicas a desenvolver nesse aperfeiçoamento serão as Capacidades Motoras, as Capacidades Musculares e as Capacidades Psicológicas, podendo estas características ser desenvolvidas através de diversas técnicas ou métodos de treino de Educação Física Militar.

Neste campo existe por parte do Comando do Regimento uma grande aposta para que todo o militar que nele serve cumpra os requisitos exigidos no Regulamento de Educação Física do Exército.

A EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR NO ÂMBITO OPERACIONAL

Em qualquer conflito onde se exija a presença efectiva de homens no terreno, é a aptidão dos soldados que dita o sucesso do seu empenho. Esta aptidão caracteriza-se pela interacção de uma série de qualidades, treináveis e instruíveis, que se agrupam nas seguintes três vertentes fundamentais:





É ponto assente que o aprontamento físico dos militares é de primordial importância para elevar a probabilidade êxito das suas missões. A Educação Física Militar deverá portanto orientar as suas actividades para o desempenho de funções militares. Assim sendo, é legítimo levantar aqui uma questão: será que a avaliação da aptidão física dos militares não faria mais sentido se fosse em realizada tendo em conta a função do mesmo? Ou então, veja-se o caso do género feminino: será que para o desempenho da mesma função, faz sentido uma mulher ser avaliada segundo critérios menos exigentes do que um homem? Esta questão assume redobrada importância no que diz respeito a tropas com actividade operacional.

Para assegurar a eficácia operacional, deve-se exigir a cada militar, (oficial, sargento ou praça), a manutenção de certos padrões standard de preparação física. Deve-se também exigir a criação de um estilo de vida que proporcione boas condições de saúde. As Unidades Operacionais devem portanto promover um programa de Educação Física Militar adequado, para apoiar e melhorar a preparação física dos seus militares. Esta preparação física, tendo em vista a função dos militares, interage naturalmente com outras áreas, como seja a saúde, bem-estar e o lazer. Quanto melhor a preparação física do militar, melhor será certamente o resultado do seu desempenho. Traduzindo a velha máxima “mente sã em corpo sã”, compreende-se naturalmente que um militar com boa condição física terá provavelmente uma maior motivação no seu trabalho, com uma atitude mais activa e empreendedora no seu dia-a-dia; a atitude individual de cada militar produz, no colectivo, unidades mais motivadas, fisicamente e psicologicamente mais fortes.

Os treinos e instruções da Educação Física Militar devem ser estruturados de forma a criar um programa, (ou macro ciclo), de condicionamento físico desenhado para preparar o militar com o objectivo de

o aprontar na sua função, reduzir o excesso de gordura corporal, manter e aumentar a flexibilidade, manter e aumentar a resistência cardio-respiratória e manter e aumentar a força muscular.

Para além destes factores físicos, através da Educação Física Militar visa-se também desenvolver uma série de capacidades psicológicas. Estas, apesar de não se traduzirem directamente nas capacidades motoras dos homens, influenciam o rendimento destes pela “vontade de fazer” que se cria no seu íntimo. Assim, um bom programa de Educação Física Militar de igual modo visa a criação e manutenção de um ímpeto natural no militar, que se traduza num desempenho voluntário e espontâneo, tanto de tarefas de rotina como de tarefas de emergência; essas capacidades psicológicas vêm enumeradas no actual Regulamento de Educação Física do Exército e são, entre outras, agressividade, autoconfiança, combatividade, coragem, decisão e tenacidade.

É óbvia a relação deste tipo de capacidades com algumas das mais duras funções dos militares, mormente no que diz respeito ao militar em combate; também julgamos ser óbvia a importância da Educação Física Militar no desenvolvimento destas mesmas capacidades.



Outro aspecto não dissociável da Educação Física Militar e das funções dos militares, são as lesões contraídas no decorrer de actividades físicas. Podemos distinguir estas lesões, segundo o momento em que são contraídas, em lesões que ocorrem durante a prática de Educação Física Militar e lesões que ocorrem no decorrer de exercícios/instruções militares. Estas últimas ocorrem geralmente durante os cursos militares, principalmente os de exigência física mais elevada, e estão quase sempre associadas a uma qualquer prática física exigente. Se um militar se encontra em fase de preparação/instrução, tendo em vista o desempenho de determinada função num futuro mais ou menos próximo, é desejável que esse mesmo militar tenha a sua melhor condição física quando esse momento chegar. Se uma lesão for impeditiva da normal prossecução do curso/instrução, o militar é automaticamente eliminado da frequência do mesmo. No entanto, é importante manter estatísticas actualizadas e constantes sobre o número de

militares lesionados durante os cursos. Estas estatísticas, passíveis de serem comparadas entre elas, poderão fornecer informações importantes sobre o grau de exigência e os métodos empregues durante a formação do militar, já que é de evitar a perda de homens por motivos de lesão. Será que um curso com elevada percentagem de baixas por lesão é sinónimo de dureza e rigor na instrução? A selecção natural dos mais aptos é obviamente necessária, mas não é aceitável que a desistência dos “menos aptos” seja por se terem lesionado durante a instrução! Quando isto acontece, deverão ser revistos os pré-requisitos físicos para a frequência do curso em questão, ou então deverão rever-se os métodos de instrução empregues, bem como possíveis excessos.

Ainda no que diz respeito a lesões físicas no decorrer de cursos, há que ter em conta os militares que de facto conseguem chegar ao término do curso, mas que, apesar de lhes ser atribuída a qualificação correspondente, ficam impossibilitados de um dia virem a desempenhar funções para as quais foram preparados, por terem contraído lesões que se tornaram crónicas. Verificam-se casos pontuais, principalmente no seio de tropas especiais, de homens que terminam os seus cursos, mas que posteriormente se vêm impossibilitados de realizar certas actividades inerentes à especialidade para a qual foram formados.

Isto traduz-se naturalmente numa diminuição da operacionalidade dos recursos humanos, que por vezes se prolongam a médio e até a longo prazo.

Curiosamente, os factores de risco associados a lesões musculares e esqueléticas apontam tanto para excessos como para carências da preparação física militar. Explicando melhor, listam-se de seguida alguns desses factores de risco: níveis baixos de preparação física militar específica, inexistência de antecedentes nas actividades físicas de recreação, historial de lesões anteriores, excesso de exercícios de corrida, excesso de carga semanal, tabagismo, idade avançada e factores biomecânicos.

A análise desta lista revela mais uma vez que a preparação física dos nossos militares tem de ter por base um programa de Educação Física Militar orientado para a função. A avaliação da capacidade física do militar deverá também ser feita com base na função a desempenhar.

O género e a idade são actualmente os factores que distinguem a exigência feita no Regulamento de Educação Física do Exército, e é universalmente aceite que existem diferenças de capacidade entre homens e mulheres, bem como entre militares de idade mais avançada relativamente aos mais novos. No entanto, o campo de batalha não olha a sexos nem a idades, e se aceitamos que uma mulher possa integrar as fileiras de um pelotão de atiradores, ou se aceitamos que um oficial ou sargento de 30 anos

(ou mais) possa assumir o comando de um pelotão de atiradores, (com idades das praças compreendidas entre os 18 e 25 anos), porque não se aceita que a exigência física, para a mesma função, deva ser igual?

A EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR NA SAÚDE E BEM-ESTAR DAS TROPAS

Em Portugal não há uma tradição no campo da educação física e do desporto como noutros países. Mesmo ao mais alto nível verifica-se que os responsáveis não estão ainda sensibilizados para a necessidade da actividade física se enraizar no estilo de vida dos portugueses. Assim sendo a nossa instituição tem esse problema de enraizamento. Por outro lado tem uma influência positiva pelo facto de sermos militares e a Educação Física estar ligada a estes, mesmo que por vezes duma forma imperativa.

As causas de mortalidade nos países desenvolvidos mostram-nos que as doenças cardiovasculares e os acidentes vasculares cerebrais (vulgarmente conhecidos por «tromboses»), em conjunto, são responsáveis pela maioria das mortes. O cancro vem em segundo lugar, logo seguido pelos acidentes de trânsito ou de trabalho. As outras causas têm uma frequência mais baixa.

A ausência de movimento expõe-nos a inúmeros perigos: redução da capacidade de certas funções vitais do nosso organismo, obesidade, aumento do risco de contrair certas doenças, resistência reduzida, fadiga geral e até facilita o aparecimento de certos vícios prejudiciais como o álcool, o tabaco e a droga.

O combate a estes factores de risco passa por:

1. *Doenças cardiovasculares*

O exercício físico regular e moderado provoca alterações benéficas importantes na função cardíaca.

2. *Pressão Arterial*

A conclusão é que a hipertensão arterial é um fenómeno que tem de ser controlado e geralmente o seu controlo é efectuado através de: medicamentos específicos, controlo de peso, dieta e exercício físico. Hoje, tem-se a certeza de que o exercício deverá ser o primeiro mecanismo a ser tentado, antes de se enveredar por estratégias mais agressivas, como as farmacológicas, para o seu controlo.

3. *Obesidade*

A obesidade deve ser prevenida através da combinação de uma dieta menos calórica e do exercício físico.

4. *Sedentarismo*

As pessoas que sempre praticaram desporto suportam melhor os acidentes cardiovasculares do que as que vivem de forma sedentária.

5. *Tabagismo*

O consumo do tabaco retira capacidades de visão nocturna aos militares.

O exercício físico regular, pode intervir para evitar o fenómeno de aumento de peso quando se deixa de fumar.

6. *Álcool*

O exercício físico regular, pode intervir nos casos embrionários do alcoolismo de modo a que o militar evite o bar.

7. *Stress*

O exercício físico atenua o grau de irritabilidade do stress e a gerência do mesmo por parte do indivíduo;

Assim, para todo o militar tal como para qualquer cidadão que trabalhe numa empresa, o seu rendimento no dia a dia dependerá do seu estado de saúde físico, bem como do seu estado de saúde mental (psicológico). Então temos que conseguir motivar todo o militar a praticar exercício físico para que este tenha o melhor rendimento no desempenho das suas funções. E de que forma?

- Da constante melhoria dos meios colocados à disposição;
- Do entusiasmo e exemplo com que ministramos a instrução;
- Ministrando instruções indo ao encontro das preferências da maioria;
- Garantir que todas as instruções sejam conduzidas por pessoal minimamente preparado para o efeito;
- Adequando as instruções, em especial as de Treino Físico de Aplicação Militar à futura especialidade ou função;
- Com a aplicação de cargas progressivas;
- Adequar as cargas ao escalão etário e ao sexo dos praticantes;
- Organizar campeonatos internos que vão ao encontro da maioria das preferências dos militares;
- Permitir ao militar fazer um Check-Up (completo), pelo menos anualmente;
- Promover palestras sobre os perigos que o indivíduo corre pela falta de movimento;
- Promover palestras sobre os perigos que o indivíduo corre com o consumo de álcool e tabaco, e estabelecer programas de recuperação;
- Promover palestras sobre uma nutrição adequada e estabelecer programas de dietas para grupos com certas características.

A EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR NO REGIMENTO DE ARTILHARIA Nº 4

O desenvolvimento das capacidades físicas começa desde que o militar integra as fileiras, por intermédio de várias actividades:

- O ensino, que visa o desenvolvimento das capacidades psicomotoras, criando no militar o gosto pela actividade física e desportos, pretendendo também, conferir-lhe alguma autonomia na manutenção futura das mesmas capacidades;
- As competições desportivas, revestidas com grande valor competitivo;
- A recreação, de teor não competitivo e com vista à melhoria e manutenção da condição física dos militares;
- A avaliação, que permite certificar a realização e os progressos de objectivos definidos;
- A recuperação, para situações em que, por algum motivo, houve perda das capacidades físicas.

Das actividades mencionadas, sendo a avaliação obrigatória para todos os militares, é no entanto, sem dúvida a recuperação que assume um papel primordial, por forma que, todos os nossos militares possam atingir os valores estabelecidos para a condição física de qualquer militar preconizadas nas Provas de Aptidão Física. Face a isso, existe uma preocupação constante deste comando no sentido de orientar o treino dos seus militares para que todos possam alcançar este objectivo, sensibilizando também nas repercussões negativas que desse facto possam advir.

No Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Intervenção os Métodos de Treino utilizados são a Ginástica de Aplicação Militar, o Marcor, o Treino em Circuito, a Corrida Contínua, o Fartlek, a Preparação Física Geral e os Desportos, e estamos, numa fase de implementação da Luta Corpo a Corpo. No que respeita à Bateria de Comando e Serviços do Regimento os seus militares utilizam os mesmos Métodos de Treino, excepto no que se refere aos de Aplicação Militar, não tendo a Ginástica de Aplicação Militar e só lhes sendo contemplada uma instrução de Marcor mensalmente. É de mencionar que todas as Baterias do Regimento têm quatro dias semanais de prática de actividade física.

Existem inúmeras actividades desportivas que, anualmente, são realizadas, das quais se destacam, entre outras: Campeonatos Internos e da Brigada de Orientação, Corta-mato, Tiro e Pentatlo, temos um Campeonato Interno de Futsal e por último, mas não menos importante na actividade física, o Decatlo Militar adaptado, actividade que inclui modalidades como o Lançamento de Granadas, Salto em Comprimento, Lançamento do Peso, Pista de Obstáculos de 200 metros, Corrida de Estafetas, Tracção à Corda, Tiro, Voleibol, Subida ao Pórtico e Futebol de 7, alcançando-se sempre um espírito competitivo e de sã camaradagem entre as quatro Baterias do Regimento.



O exercício físico constitui a garantia de um bem-estar físico e mental, fundamental no seio de uma Unidade, sendo responsabilidade de todos e de cada um.

CONCLUSÕES

Deve ser preocupação fundamental dos comandos criar, manter e melhorar nos seus recursos humanos hábitos de vida salutareis e capacidades de robustez e resistência a certas condições adversas ao ser humano, nomeadamente aos militares. Este dever justifica-se pela imperiosa necessidade de preparar os homens para as operações militares, porque se tratam de operações de combate, onde a saúde e a preparação física poderão ditar a diferença entre a vida e a morte de cada militar, e onde a acção individual de cada soldado se repercute no êxito ou no falhanço da unidade a que pertence.

Aceitando como verdadeira a afirmação anterior, torna-se lógico que a Educação Física



Militar assume um papel fundamental na formação militar, podendo-lhe conceder condições de melhoria e manutenção do seu estado de saúde, das suas capacidades físicas e psicológicas, através de um programa de Educação Física Militar adequado. Torna-se no entanto imperativo fazer o estudo desse programa ao abrigo das funções a desempenhar pelos militares, para assim otimizar o treino, evitar desigualdades devidas ao sexo ou idades e evitar lesões decorrentes de um programa inadequado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

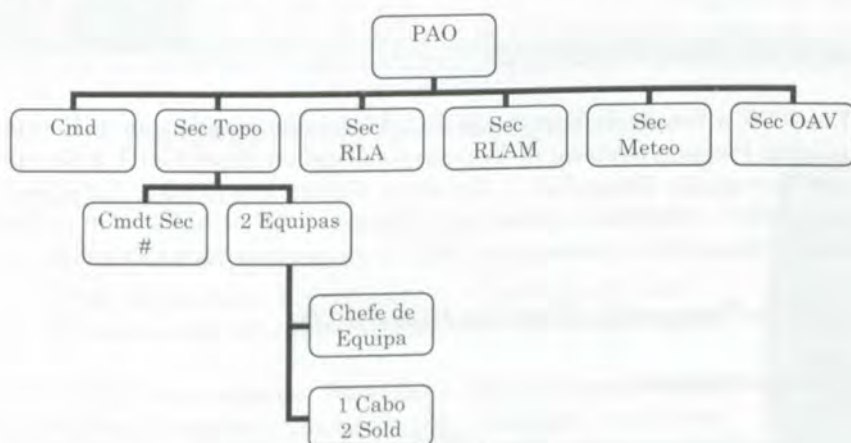
- Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos, 3ª Edição; Edward L. Fox e Donald K. Mathews.
- Regulamento de Campanha – Operações; Instituto de Altos Estudos Militares; 2005.
- Regulamento de Educação Física do Exército; Comando da Instrução do Exército; Repartição de Educação Física; 2002.

Topografia do Grupo de Artilharia de Campanha do Regimento de Artilharia N° 4 da Brigada de Intervenção

– Novas Tecnologias –

Pelos 1.º Sargentos de Artilharia
RUI MIGUEL LAGES FERNANDES
TERESA MARIA PEREIRA DIAS FERNANDES

A Secção de Topografia do Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) do Regimento de Artilharia N° 4 (RA 4) da Brigada de Intervenção, pertence organicamente ao Pelotão de Aquisição de Objectivos (PAO) da Bateria de Comando e Serviços (BCS) do GAC. De acordo com o QO 20.0.14 de 15FEV06, é constituída por um comandante de secção (1 Primeiro Sargento) e 2 equipas (2 Segundo Sargento/Furriel, 2 Cabos e 4 Soldados).



Acumula com chefe da 1ª Equipa

MISSÃO / TAREFAS

A missão dos militares da Secção de Topografia do GAC, consiste em fornecer controlo topográfico oportuno, executando de acordo com a precisão previamente estabelecida, aos órgãos do GAC que dele necessitem. Isto compreende fundamentalmente o trabalho necessário à determinação de localização (coordenadas) quer horizontal quer vertical, das bocas de fogo e dos objectivos. O cumprimento da missão pela topografia do Grupo traduz-se no fornecimento de uma quadrícula comum às unidades de tiro e instalações da localização de objectivos.

A Secção de Topografia tem ainda a responsabilidade executar as seguintes operações topográficas:

- Topografia da zona de posições (levantar centros de bateria, direcção de orientação às Baterias de Bocas de Fogo);
- Topografia da zona de objectivos (estabelecer e levantar Postos de Observação “PO”);
- Topografia de ligação (liga a topografia da zona de objectivos com a topografia da zona de posições, colocando assim os dois trabalhos numa quadrícula comum).

Com a reorganização dos Quadros Orgânicos, a SecTop/GAC terá que efectuar o levantamento topográfico dos meios orgânicos do PAO que dele necessitem.

NOVAS TECNOLOGIAS

Em 2005, a Secção de Topografia do GAC foi reequipada com os Receptores GPS (Global Position System) de Topografia (TopCon Hiper GGD) e Receptores GPS de Navegação (Magellan – Meridian Color); em 2006 a Estação Total (Sokkia – SET3 130R/R3) e giroscópio (Sokkia – GP 3130R3) vêm substituir o Teodolito Kern K1-S, Giroscópio GAK-1 e respectivo distanciómetro.

GPS de Topografia (TopCon Hiper GGD)

Características:

- Constituído por uma Base GPS (receptor e emissor), um retransmissor (rádio modem) e um Rover GPS (receptor);

- Captação de satélites GPS (EUA) e GLONASS (Rússia);
- Precisão horizontal 1 cm + 1ppm e precisão Vertical 1,5 cm + 1ppm;
- Estado GPS incluindo representação da posição dos satélites e detalhes posicionais;
- Modo Pós – Processamento;
- Recolha de pontos em RTK (Rádio e GSM);
- Múltiplas estações base;
- Medições Offset;
- Transmissão Via rádio – até 7 km com retransmissor até 14 km.



Existem algumas limitações por parte dos GPS Topografia, quando operando em zonas de densa arborização, urbanas e com interferências electromagnéticas o espectro electromagnético é varrido a nível de empastelamento e localização. Quando estamos presentes perante um empastelamento não se pode trabalhar em tempo real (RTK), mas pode-se prosseguir a missão em pós-processamento, no qual irá aumentar o tempo de resposta. Estas limitações são consideradas normais, pois estamos pendentes de recepção de sinal de satélite e de transmissão de dados via rádio modem. Como meio alternativo utiliza-se a Estação Total com os processos topográficos convencionais (Poligonal, Intersecção directa e inversa, etc...).



GPS de Navegação (Magellan – Meridian Color)

Características:

- Captação até 12 satélites;
- Precisão posição (7 metros) e de velocidade (0,1 nó);
- Introdução de informação cartográfica em forma digital.

Os GPS de navegação “Magellan” proporcionam deslocamentos mais rápidos e directos para posições que foram determinadas, podendo ser inseridas rotas previamente planeadas.



Estação Total (Sokkia – SET3 130R/R3)

Possibilidades:

- Medição de distâncias;
- Medição de coordenadas;
- Intersecção inversa;
- Piquetagem;
- Piquetagem de Linha;
- Projecção de ponto;
- Afastamentos;
- Distância entre dois pontos;
- Calculo de area.

Especificações:

- Luneta – amplificação 30 X;
- Medição de ângulos –0,005 mil;
- Medição de distâncias – Prismas até 5000 metros (precisão de 0,001 metros). Sem prismas até 350 metros;
- Nivelamento manual e digital;
- Incorporação do Giroscópio (Sokkia – GP 3130R3).



A Estação Total (ET), designada total, pois num só aparelho tem incorporado o teodolito, giroscópio e distanciômetro, vem substituir o teodolito Kern K1-S e o distanciômetro, e existe como exemplo, uma grande alteração na precisão de leitura de 0,1 mil do Kern K1-S para 0,005 mil da Estação Total.

Giroscópio (Sokkia – GP 3130R3)

Este equipamento determina a localização do Norte Geográfico, quando acoplado à Estação Total, com um desvio padrão de 0,1 milésimo. Este procedimento é bastante demorado (+/- 30 minutos), tendo em conta a rapidez em determinadas missões atribuídas à SecTop, somente é utilizado quando não existem outros métodos possíveis.



Uma característica comum a todos os equipamentos é a possibilidade de armazenar os dados para futura utilização.

Todo o material anteriormente apresentado traz consigo grandes mudanças no funcionamento da SecTopo, nomeadamente nas operações fundamentais da topografia (planeamento, trabalho de campo e cálculos), nos recursos humanos (Quadro Orgânico), procedimentos tácticos, rapidez no fornecimento de controlo topográfico e uma maior precisão. A existência de um PC portátil e impressora, dá a possibilidade de fornecer, no campo de batalha, pequenas parcelas de terreno em papel através do software do PCMAP do Instituto Geográfico do Exército (IGEOE).

Nesta fase de adaptação aos novos métodos de trabalho, encontra-se em estudo por parte da Escola Prática de Artilharia (EPA) a elaboração do novo referencial de Curso de Topografia.

A nova missão da Secção de Topografia ainda não está restabelecida, devido a uma autonomia das unidades para futura troca de informação e conhecimentos adquiridos por parte dos utilizadores, para que no futuro haja uma normalização de procedimentos. Esta fase embrionária de testes de procedimentos garante que haja uma melhor proficiência das equipas de topografia.

CONCLUSÕES

O Exército Português e a Artilharia em particular, enriqueceram muito com a aquisição deste equipamento, sendo que a Artilharia foi equipada com ferramentas de trabalho que vai garantir uma grande proficiência nos objectivos a atingir, mais rapidez, mais precisão no tiro de artilharia, mais económico porque vai reduzir o número de tiros e ajustamentos do tiro para atingir “*eficácia*”, e mais segurança tendo em conta os novos e sofisticados sistemas de detecção de armas a fim de evitar os fogos de contra bateria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Manual de Topografia MC 20 – 120.
- Manual do utilizador GPS de Topografia (TopCon Hiper GGD).
- Manual do utilizador GPS de Navegação (Magellan – Meridian Color).
- Manual do utilizador Estação Total (Sokkia – SET3 130R/R3).
- Manual do utilizador Giroscópio (Sokkia – GP 3130R3)

Endereços de Sites:

- <http://www.igeoe.pt>
- <http://topometrica.tecladigital.pt>
- <http://www.magellangps.com>
- <http://www.topconpositioning.com>

Participação dos Militares do Regimento de Artilharia N° 4 nas Forças Nacionais Destacadas em Diferentes Teatros de Operações

– Experiência Inesquecível –

Desde o início da década de 90, Portugal tem participado em Operações de Apoio à Paz, inicialmente com Observadores Militares nas missões na Jugoslávia, no Saara Ocidental e Iraque e mais tarde com Forças Nacionais Destacadas (FND), na Bósnia-Herzegovina (BiH), no Kosovo, em Timor Leste e no Afeganistão, tendo participado desde então, neste tipo de operações, mais de quinze militares portugueses.

Esta nossa participação em Operações de Apoio à Paz, tem-se constituído, num permanente estímulo e desafio para as Forças Armadas, que encontram, assim, a possibilidade de planear e executar missões de carácter operacional, desenvolver, aplicar e avaliar novas doutrinas, desenvolver a inter-operabilidade com outros países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), testar a operacionalidade dos equipamentos, executar a sustentação logística de Forças projectadas, desenvolver missões e tarefas em ambiente multinacional e proporcionar experiência e motivação aos militares, com todo o valor que daí se acrescenta.

O elevado profissionalismo e competência dos nossos militares, no desempenho destas missões, têm sido reconhecidos por unanimidade a nível internacional e têm dado relevo, no plano interno, à importância do papel das Forças Armadas na política externa nacional.

As Operações de Apoio à Paz compreendem: Manutenção de Paz, Imposição de Paz, Prevenção de Conflitos, Restabelecimento da Paz, Consolidação da Paz e Operações Humanitárias, de acordo com a situação, a fase de actuação e o grau de consentimento na intervenção da comunidade

internacional, pelas partes em conflito. Por outro lado, as Operações de Apoio à Paz são parte de um conjunto mais vasto de actividades militares - as Operações de Resposta a Crises - que englobam, também, as Operações Humanitárias e as Operações de Busca e Salvamento.

As Forças Armadas têm vindo a adaptar-se a estas novas missões organizando-se de forma modular, de acordo com as situações, definindo e executando todo um conjunto de doutrinas, formas de actuação e procedimentos operacionais de forma a garantir o sucesso da sua actuação.

No âmbito da participação do Exército em missões de Apoio à Paz, o Regimento de Artilharia Nº 4, apesar de não ter contribuído com nenhuma força constituída, tem participado nas últimas missões de forma regular, com militares integrados em forças constituídas e em Quartéis-Generais internacionais.

Descrevemos, de seguida, algumas experiências de militares do Regimento que tiveram esse privilégio e que hoje enriquecem a sua acção com os conhecimentos e lições aprendidas nos Teatros de Operações internacionais.

TEATRO DE OPERAÇÕES DE TIMOR-LESTE



Diz uma lenda maubere que a ilha de Timor foi em tempos um crocodilo (a forma da ilha) que, à procura das terras onde nasce o Sol, com um rapaz no seu dorso, se cansou e não conseguiu voltar. O seu corpo imobilizou-se e transformou-se em pedra e terra, crescendo até ficar uma grande ilha, com rios e florestas.

O rapaz caminhou sobre a ilha, rodeou-a e chamou-lhe Timor (Oriente). Referenciada desde tempos remotos por viajantes e comerciantes orientais devido à sua riqueza em madeira, chegou a constituir um reino independente antes da chegada dos europeus.

No dia 06 de Fevereiro de 1989, O Bispo D. Ximenes Belo escrevia: *“...estamos a morrer como povo e como nação”*, numa carta dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas, denunciando a brutalidade da ocupação Indonésia. A ONU decide, então, criar uma força internacional para intervir na região.

A 22 de Setembro de 1999, soldados das Nações Unidas entraram em Díli e encontraram um país totalmente incendiado e devastado. Grande parte das infra-estruturas de Timor-Leste haviam sido destruídas e o país estava quase totalmente despojado.

Portugueses e Timorenses caminhavam lado a lado desde o século XVI. No entanto, essa caminhada foi interrompida após ocupação Indonésia em 1975. A presença de Portugal neste território, a partir do ano 2000, foi crucial para a independência obtida a 20 de Maio de 2002.

A estrutura militar das Nações Unidas no território foi, então, organizada de acordo com as Resoluções do Conselho de Segurança 1272 e 1338. A *Peace Keeping Force* (PKF) tinha como missão a de apoiar a manutenção de um ambiente seguro no território, assim como auxiliar a *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET) na realização de eleições livres e democráticas.

A estrutura territorial da PKF estabelecia a divisão do território timorense em quatro sectores: Este, Central, Oeste e o enclave de Oecussi. A Portugal coube a responsabilidade do Sector Central com 6 distritos (Díli, Líquicá, Ermera, Aileu, Ainaro e Manufahi).

A 07 de Fevereiro do ano 2000, partia de Lisboa o 1º de três vôos, num total de cerca de 710 militares do 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista para o Teatro de Operações de Timor Leste.

Vários batalhões rumaram a Timor Leste, num total de quatro rotações, até que, em Junho de 2002 e em resultado dos compromissos já assumidos por Portugal, o 2º Batalhão de Infantaria Paraquedista, com um efectivo de seiscentos e cinquenta militares, seguia para Timor Lorosae (Ilha do *Sol Nascente*) onde iria integrar a estrutura militar da *United Nations Mission in Support of East Timor* (UNMISSET) cuja missão era a de *conduzir operações de segurança na sua área de responsabilidade, para apoiar as Nações Unidas e outras agências das Nações Unidas na consolidação de uma República Democrática de Timor-Leste Independente*. Entre essas seis centenas e meia de militares, encontravam-se 5 Oficiais, 5 Sargentos e 6 Praças do Regimento de Artilharia Nº 4.

Fruto da evolução da situação, a partir de Abril de 2002 e após a independência a 20 de Maio do mesmo ano, houve necessidade de uma retracção do dispositivo militar, bem como um alargamento da Área de Responsabilidade do Batalhão Português. Tornou-se fundamental abordar questões que pudessem afectar directa ou indirectamente a segurança do equipamento, do material e da comunidade portuguesa presente no território, mas, acima de tudo, dos militares portugueses (*Force Protection*).

Era fundamental que o Comando do Batalhão Português estivesse permanentemente informado sobre tudo o que o rodeava para uma eficiente tomada de decisões.



Neste sentido, e segundo o conceito doutrinário NATO em Operações de Human Intelligence (HUMINT), e pela primeira vez em Operações de Apoio à Paz, o Exército Português, participou com duas equipas de operadores de HUMINT integrados na Secção de Informações do Batalhão Português ao serviço da PKF, dando uma maior capacidade de pesquisa ao Estado-Maior do Batalhão.

Para uma eficaz concretização deste projecto foi necessário definir uma série de conceitos e necessidades, tais como avaliar, ainda em território português, a situação política, social, militar, económica, religiosa e criminal do território Timorense, assim como identificar as “peças chave” da sociedade local em cada uma destas áreas.

Chegados ao território, iniciou-se a fase do “*Targeting*”, ou seja, a escolha e selecção das possíveis “Fontes” ou “Contactos” em prol do acesso que poderão ter a possíveis matérias sensíveis, tais como, Terrorismo, Espionagem, Sabotagem, Subversão e Crime Organizado (TESSCO), que pudesse afectar a nossa força ou a própria comunidade portuguesa presente no território.



Cada equipa operou com cerca de dez contactos regulares em diferentes quadrantes da Sociedade Timorense (Política, Religiosa, Criminal, Social). A existência destas duas equipas na Área de Responsabilidade do Batalhão Português foi crucial para o cumprimento da missão da Força Nacional Destacada (FND), concorrendo para a permanente alimentação de informação do Escalão Superior Nacional e

o Ciclo de Produção de Informação Nacional, através da elaboração de mais de duzentos e setenta relatórios de fontes diversas.

Deste modo, as equipas permitiram ao Batalhão Português uma maior compreensão da realidade Timorense, e, além disso, deram uma melhor imagem do Batalhão no exterior do território.

Apesar de todas as dificuldades encontradas neste jovem país, as inúmeras carências, a todos os níveis, foram suplantadas por um inigualável espírito de missão. O regresso de alguém que na realidade nunca se afastou, foi a indubitável sensação com que fiquei, sobre a imagem do Batalhão Português em Timor-Leste.

TEATRO DE OPERAÇÕES DO KOSOVO

1. *Breve enquadramento do conflito / antecedentes*

A compreensão de um conflito e a busca de soluções para a resolução do mesmo exige um conhecimento profundo da história, nomeadamente das origens, atitudes e comportamentos das partes ou facções envolvidas. No caso do Kosovo encontramos-nos perante o confronto de duas ideologias praticamente irreconciliáveis – a Albanesa e a Sérvia.

O facto de uma Nação se encontrar dividida em diferentes Estados tem sido a causa de problemas vários na última década. O Kosovo é mais um caso deste tipo, muito frequente nos Balcãs, em que os Estados não correspondem a realidades culturais e demográficas.

Podemos afirmar que durante a Idade Média o Kosovo foi o centro do reino sérvio expresso por exemplo em mais de mil e trezentos mosteiros e igrejas ortodoxas construídas, a maioria, durante esse período, até ao ano de 1389, quando na região de Kosovo-Polje o exército sérvio foi derrotado pelos turcos, tendo por consequência desaparecido o reino independente sérvio e dando-se início a 500 anos de domínio turco.

Até ao séc. XIX sérvios e albaneses coabitavam pacificamente mas, em 1878, com a queda do Império Otomano e com a emergência de um profundo sentido de nação e patriotismo, enraizado nas tradições medievais, os sérvios identificam o Kosovo como o berço da sua nacionalidade. Por outro lado, os albaneses passaram a reivindicar o seu próprio Estado, o qual deveria incluir todos os territórios por eles habitados, que apareceu em 1912.

Quando os sérvios libertaram o Kosovo e Metohija durante as guerras balcânicas de 1912-1913, ambos os povos defrontaram uma realidade desfavorável: os sérvios tinham deixado de ser a maioria no Kosovo, enquanto que os albaneses ficaram divididos em dois estados.

Assim, o que significou para os sérvios libertação, depois de cinco séculos de opressão otomana, representou para os albaneses, especialmente para os muçulmanos albaneses que tinham vivido em condições mais privilegiadas, derrota e ocupação.

Em 28 Julho de 1914 a Áustria-Hungria declara guerra à Sérvia. Berlim viria a fazer o mesmo. Durante um ano, sérvios e montenegrinos conseguem resistir mas com a entrada da Bulgária no conflito o exército sérvio é forçado a retirar. Com o colapso do Estado Sérvio os albaneses aliam-se ao Império Austro-húngaro e aproveitam a oportunidade para perseguir os sérvios. Como resultado várias dezenas de milhar de sérvios são chacinados ou obrigados a emigrar.

Até 1987 os sérvios vivem um período negro, sob o domínio albanês que persistem no seu objectivo de se anexarem à Albânia, principalmente a partir de 1981, um ano após a morte de Tito, em que os albaneses começam uma campanha de protestos em larga escala, reclamando o estatuto de república e o direito de serem anexados à Albânia.

No verão de 1987 começam a ser conhecidas algumas irregularidades administrativas, como por exemplo o registo de propriedade pública de utilidade geral do mosteiro de Gracanica (considerado uma das pérolas da cultura sérvia), o que trouxe de novo a contestação dos sérvios.

Após a eleição de Milosevic assiste-se a uma nova fase do processo. Depois de uma visita ao Kosovo, este promete que não vai permitir mais abusos ao povo sérvio, de modo a proteger os interesses da minoria sérvia, Milosevic decide em 1989 alterar a Constituição Sérvia, limitando a autonomia concedida por Tito ao Kosovo, em 1974, passando o controlo das tarefas vitais a estar sob a chefia da Sérvia. Os albaneses sempre se opuseram a estas alterações, negando-se a participar em qualquer actividade governamental. Boicotaram as empresas governamentais.

Em 1990 os deputados do parlamento da província declaram o Kosovo, uma república independente da Sérvia e estabelecem uma sociedade paralela. Belgrado dissolve o parlamento e o governo da província.

Em 1992, Ibrahim Rugova é eleito presidente da auto-proclamada república do Kosovo, após eleições realizadas à margem das autoridades de Belgrado.

A contestação a Belgrado vem a sofrer alterações significativas nos primeiros meses de 1998, com a entrada na cena política de um novo actor, o Exército de Libertação do Kosovo – UCK¹, que partilha com Rugova do mesmo objectivo estratégico, a independência e a associação à Albânia, diferindo na táctica e optando pela insurreição armada.

Em Abril deste mesmo ano o UCK reclama a libertação de cerca de 40% do território albanês, o qual se encontra efectivamente sob o seu controlo.

¹ Ushtria Clivointare Kosoves (UCK) – em albanês; Oslobodilacka Vojska Kosova (OVK) – em sérvio.

Perante tal situação Belgrado interveio militarmente para submeter ao controlo do Estado as zonas libertadas pelo UCK, dando início aos violentos combates que se tem travado e consequentemente ao desastre humanitário instalado no Kosovo.

Em escassas semanas, a ofensiva sérvia expulsou o Exército de Libertação do Kosovo dos seus principais bastiões. A recuperação de Malisevo, onde o UCK tinha instalado o seu Quartel-General, veio coroar a contra-ofensiva sérvia no final do mês de Julho. A queda de Julik, junto à fronteira com a Albânia, privou o UCK de uma das suas mais importantes bases logísticas. Refugiados nas montanhas ou nas florestas ou regressados aos seus santuários entretanto abandonados pela polícia sérvia, os homens do UCK continuam a atacar as forças sérvias através de ataques-surpresa que mantêm a insegurança nas aldeias sérvias e nas principais estradas do Kosovo. Uma espécie de guerrilha que serve de argumento aos sérvios para prosseguirem as operações de limpeza nas zonas mais isoladas do interior do Kosovo.

No cumprimento da resolução n.º 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas o Kosovo passa a ser um território da Jugoslávia sob administração das Nações Unidas e as únicas autoridades legalmente reconhecidas são a Kosovo Force (KFOR) e a UNMIK².

Ao abrigo desta resolução, em 12 de Junho de 1999, as forças da KFOR entram no Kosovo, executando a "Operação Joint Guardian".

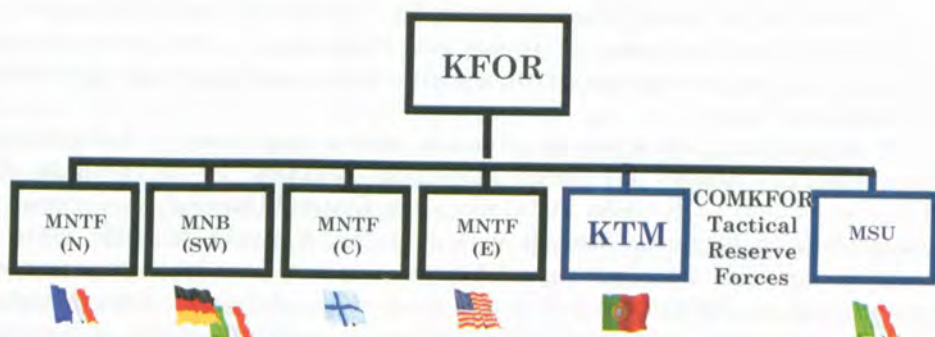
2. Apresentação da missão / TO

a. Organização e missão da KFOR

(1) Organização

A KFOR está organizada com as várias Multinational Task Forces (MNTF) que são grandes unidades de escalão brigada ou superior sob o comando da força e em que as forças de reserva apesar de serem de escalão inferior, estão também sob o comando directo do Comandante da força. Assim, podemos apresentar a sua organização segundo o seguinte organograma:

² United Nations Interim Administration Mission in Kosovo.

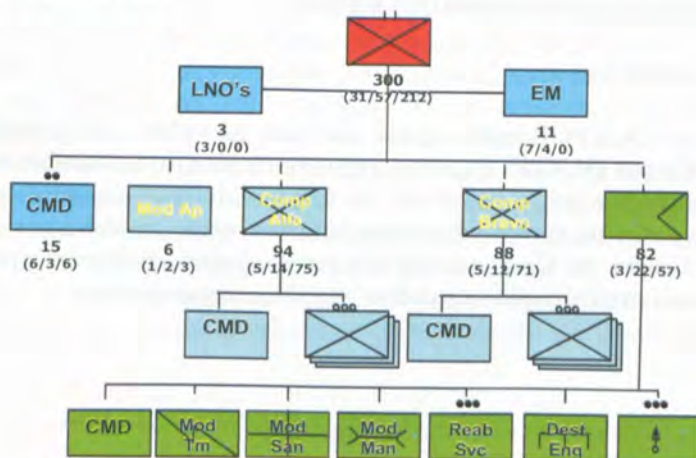


(2) Missão da KFOR

A KFOR, de acordo com a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR) nº1244 e as correspondentes medidas adoptadas, tem como principal Objectivo estabelecer e manter um ambiente seguro no Kosovo, incluindo a ordem e segurança pública, monitorizar, verificar e, se necessário forçar o cumprimento das condições do tratado técnico militar e as acções do UCK e dar assistência às Nações Unidas.

b. Organização do Batalhão, missão, modalidades de emprego e capacidades.

(1) Organização



(2) *Missão do 3º Batalhão de Pára-quedistas*

O 3º Batalhão de Pára-quedistas (3BPARA) constituiu-se como Reserva Tática do Comandante da KFOR (COMKFOR) – KFOR Tactical Reserve Maneuver Battalion (KTM), pronto para ser empregue em qualquer ponto do Teatro de Operações do Kosovo, com prioridade para a área de responsabilidade (AOR) da Task Force C e poderia receber a ordem de apoio à European Union Force in Bosnia and Herzegovina (EUFOR).

(3) *Níveis de emprego gradual:*

(a) Nível 1: KTM GROUP

Força composta por Posto de Comando de Batalhão e uma companhia de manobra (NTM³ de doze horas)

(b) Nível 2: KTM FORCE

Todo o Batalhão (NTM de vinte e quatro horas)

(4) *A actuação da KTM podia ser caracterizada por várias formas de empenhamento:*

- (a) Reforço ou substituição de subunidades das Multi National Brigades (MNB) na execução de *Framework Operations*, *Cordon and Search Operations* e operações de vigilância nas fronteiras da AOR das diferentes MNB (*Cross Boundary Operations*).
- (b) Apoiar as unidades *Intelligence Surveillance and Reconnaissance* (ISR) existentes na KFOR;
- (c) Operações de interdição de área e anti-contrabando – *Anti-Smuggling Operations*;
- (d) Apoiar a execução de operações de detenção quando solicitado pela KFOR;
- (e) Estabelecer coordenação com a UNMIK Police no âmbito do combate ao crime organizado;
- (f) Apoiar o International Criminal Tribunal on Yugoslavia (ICTY) quando solicitado pela KFOR;
- (g) Prestar auxílio humanitário à Comunidade Internacional (IC) e às autoridades do Kosovo em caso de catástrofe nacional.

³ Notice to Move.

(5) As principais capacidades da KTM foram:

- (a) Grande versatilidade de emprego, incluindo capacidade de controlo de tumultos;
- (b) Não possuir quaisquer restrições (caveats);
- (c) Ser auto-sustentável por setenta e duas horas.
- (d) Aptidão para ser projectada em qualquer parte do Kosovo.

3. *Actividade operacional desenvolvida*

a. FRAMEWORK OPERATIONS

- (1) De acordo com a ordem de operações (FRAGO) 2877 da KFOR de 05FEV05, a KTM quando não empenhada em controlo operacional (OPCON) do COMKFOR, é cedida em controlo táctico (TACON) à MNTF(C), para conduzir operações de FRAMEWORK excluindo tarefas fixas;
- (2) A MNTF(C) atribuiu à KTM as Maneuver Boxes (ManBox) HAWK e RAVEN na sua Área de Operações (AO) para que fossem executadas Operações de FRAMEWORK por forma a manter um “*Safe And Secure Environment*” (SASE);

b. Exercícios de Reservas- BALKAN HAWK



Os exercícios Balkan Hawk (BH), sob direcção da Divisão de Operações da KFOR, visaram testar o conceito de emprego das reservas da KFOR, a interoperabilidade entre as forças que as constituem e ao mesmo tempo verificar a aplicabilidade da Frago Augustus.

O 3º Batalhão Pára-quedista/KTM realizou três Exercícios desta série.

c. Cross Boundary Operations

As Cross Boundary Operations (CBO) são operações comandadas pelas Brigadas/Task Forces, que para além da sua missão específica visam sempre demonstrar à população do Kosovo a inter-operabilidade e eficiência das forças da KFOR, bem como a capacidade de as deslocar rapidamente de uma região para outra.

A KTM executou quatro CBO durante a missão no Kosovo.

d. Intel Driven Operations

As operações conduzidas pelas informações (Intel Driven Ops) constituem-se como o tipo de operações em que a KFOR pretende incidir o esforço. Estas operações, iniciam-se com um esforço de pesquisa através dos vários sistemas de recolha de informação ao dispor da KFOR e só após clara identificação do alvo e avaliação dos possíveis resultados e eventuais repercussões, se despoleta a operação.

A KTM foi solicitada para quatro operações desta tipologia, mas só uma se efectuou na totalidade, a Operação TIRADE. Nesta operação sob comando da *UK ISR TASK FORCE*, a KTM participou com uma unidade escalão Companhia, em estreita coordenação com a *MNB C ISR COY*.

e. Missão dos Militares do Regimento de Artilharia N° 4 integrados no 3° Batalhão Pára-quedista

- (1) O 3° Batalhão Pára-quedista era composto de trezentos militares pára-quedistas, dos quais cerca de quarenta eram de Artilharia, na sua maioria provenientes do RA 4. Salientamos o Oficial de Informações do Batalhão e o Comandante da Companhia de Apoio como os militares com as funções mais preponderantes.



- (2) Capitão de Artilharia Pára-quedista Carlos Prata (Oficial de Informações do 3° Batalhão Pára-quedista).

O Capitão Prata, desempenhou as funções de Chefe da Secção de Informações e de Oficial de Informações do 3° Batalhão de Pára-quedistas, tendo sido coadjuvado pelo Sargento de Informações, Sargento Ajudante Fernando Ramos e pelo Condutor Radiotelefonista, Soldado.

O esforço das Informações foi efectuado essencialmente a cinco níveis:

- (a) Considerando todo o Kosovo como Área de Operações (Kosovo wide) em que o esforço na recolha de informações, foi efectuado através das seguintes fontes:

- 1 Divisão de Informações da KFOR (J2/KFOR);
- 2 Repartição de Informações das Brigadas Multinacionais (G2/MNTF);
- 3 National Intelligence Cell de diversos países com esta organização do Kosovo;
- 4 UNMIK;
- 5 Fontes Abertas;
- 6 Através de meios de pesquisa próprios, nomeadamente através da utilização do Módulo de Apoio (Módulo de Operações Especiais).

- (b) Nas áreas específicas onde foram efectuadas Operações pelo 3º Batalhão Pára-quedista/KTM.

O esforço na recolha de informações para as CBO, foi efectuado através de uma estreita ligação com a Repartição de Informações da Brigada Multinacional (G2/MNTF) onde teria lugar a Operação e posteriores reconhecimentos e recolha de informações, que permitissem um conhecimento, o mais pormenorizado possível, da Área de Operações.

- (c) Nas Áreas de Responsabilidade atribuídas pela Brigada Multinacional Centro (Manouever Boxes).

Nestas duas Áreas a KTM, actuou de forma semelhante à de um Batalhão com AOR própria, pelo que teve como responsabilidade, na área das informações, a recolha, tratamento e difusão de informação relativa a estas áreas, para permitir que a actuação das suas subunidades fosse de acordo com a situação na área e por outro lado constituir-se como um órgão de pesquisa da própria Brigada.

O esforço na recolha de informações nas Manouever Boxes foi efectuado através das seguintes fontes:

- 1 Esforço e recolha do Módulo de Apoio (Módulo de Operações Especiais);
- 2 Esforço de recolha das Companhias;
- 3 Repartição de Informações da Brigada Multinacional Centro (G2/MNTF (C));
- 4 UNMIK;
- 5 Fontes Abertas.

(d) Nas áreas relacionadas com Intel Driven Operations.

Nestas operações o esforço de informações foi efectuado para dar resposta e fazer um acompanhamento da situação e da área específica. O principal canal de recolha de informações foi o G2/UK ISR TF com o qual era estabelecida uma ligação privilegiada.

(e) Na protecção da Força (contra-informação e segurança).

O esforço das Informações tem na Protecção da Força um dos seus vectores prioritários. Para garantir um acompanhamento da situação em todo o Kosovo, especialmente no que concerne às ameaças e perigos a que as Forças podem ser sujeitas directamente, foi estabelecida uma relação de coordenação com o J2/KFOR e com os G2/MNTF, de que se destaca o acompanhamento da situação de áreas minadas e a recolha de informações acerca dos possíveis grupos armados e criminosos a operar nas diversas regiões.

A Secção de Informações garantiu ainda, em acumulação, as tarefas relacionadas com a Segurança do Batalhão e do Aquartelamento de “Jubilee Barracks”.

(3) Capitão de Artilharia Pára-quedista Sérgio Avelar (Comandante da Companhia de Apoio)

O Capitão Avelar teve o privilégio de ser o primeiro Oficial de Artilharia a ser Comandante de uma subunidade escalão companhia numa missão das Forças Nacionais Destacadas. A companhia era composta na sua maioria pelos militares oriundos do Regimento de Artilharia Nº 4, salientando-se o seu Adjunto, Tenente de Artilharia Pára-quedista Daniel Pegado, o Comandante do Pelotão de Morteiros, Tenente de Artilharia Pára-quedista Rui Soares e ainda o Adjunto do Comando, Sargento Ajudante de Artilharia José Santos, os quais ajudaram a que as suas funções fossem simplificadas pela competência e dedicação mostradas. Assim a missão da Companhia de Apoio era executar todo o apoio de serviços no TO, desde executar a alimentação, a manutenção, até às comunicações do Batalhão e ainda manter o Pelotão de Morteiros como um sétimo pelotão de manobra, tarefa que aumentava de dificuldade sempre que o batalhão saía do Campo para executar operações, pela falta de recursos exteriores ao batalhão e principalmente durante o

Inverno (temperaturas de 25° negativos). Para além do comando da Companhia, tinha ainda a função de Comandante do Campo Português (Portuguese Camp Commander) fazendo a ligação entre o Batalhão português e a força inglesa que comandava todo o campo chamado “Jubilee Barracks” e ainda a ligação à Força Eslovénia. Esta ligação baseava-se principalmente na junção de esforços para que a vida e o bem-estar de todos os militares dentro do campo fosse a melhor possível. Por inerência das funções atrás descritas, era membro activo da comissão de moral e bem-estar do batalhão, tendo como objectivo principal a realização de eventos, essencialmente não militares que melhorassem a moral e bem-estar dos militares portugueses e nos quais salientamos a execução de campeonatos desportivos de várias modalidades.

4. *Perspectiva de evolução da missão / conflito e da força no futuro próximo*

a. A situação geral no Kosovo mantém-se relativamente calma, mas existe um conjunto de ameaças à manutenção de um ambiente seguro no Teatro de Operações.

b. As cinco principais ameaças são as seguintes:

(1) *O possível indiciamento de algumas personalidades influentes no Kosovo por parte do International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia (ICTY).*

Algumas pessoas influentes no actual cenário do Kosovo, entre as quais alguns líderes, podem ser indiciados por crimes de guerra por acções desenvolvidas contra as populações sérvias nos conflitos de 1998 a 1999. Face ao poder, prestígio e influência que estes líderes detêm a sua detenção pode deteriorar consideravelmente a situação.

(2) *Conflitos inter-étnicos.*

A actual situação das minorias étnicas, nomeadamente a Sérvia, praticamente confinada a alguns enclaves, provoca uma situação de grande tensão. Esta etnia faz passar um grande sentimento de insegurança e desconfiança em relação às autori-

dades, nomeadamente em relação ao KPS⁴. Situações de fricção podem fazer degenerar um simples incidente numa nova vaga de confrontos inter-étnicos como a ocorrida em Março de 2004.

(3) *O crime Organizado*

A grande influência dos clãs e grupos criminais são uma forte ameaça ao desenvolvimento social e económico e criam um submundo que pode ser difícil de controlar em caso de alteração da situação. O tráfico de armas provoca também uma forte concentração de armamento nas mãos de populares o que exponencia a dificuldade de controlo e dá um poder acrescido aos grupos radicais para levarem a cabo as suas acções.

(4) *Extremismo*

A ameaça do extremismo pode ser colocada em dois níveis. O nível étnico e o religioso.

A nível étnico este extremismo tem a ver com um conjunto de radicais que aproveitam todas as situações para provocarem a etnia contrária. Pode degenerar em conflitos inter-étnicos.

A nível religioso, assiste-se a um aumento da acção de alguns grupos islâmicos que se têm implantado, especialmente na região Oeste do Kosovo. Estes grupos, face à grande disponibilidade de jovens desempregados, podem exponenciar o incremento de actividades terroristas ou subversivas.

(5) *Situação económica*

A deficiente situação económica associada às difíceis condições de vida pode por um lado potenciar a insatisfação em relação à comunidade internacional, mas também em relação a alguns grupos ligados a um determinado grupo étnico.

O elevado desemprego permite também uma grande disponibilidade de elementos jovens que são facilmente mobilizados para acções de contestação que facilmente degeneram em acções de violência.

- c. O desejo de independência do Kosovo é também um tema que suscita grande atenção na comunidade kosovar e que pode ter um forte impacto na situação.

A demora ou a frustração deste desejo pode provocar uma forte degradação da situação.

⁴ Sherbimi Policor i Kosovës – Em albanês; Kosovska Policijska Služba – em sérvio.

TEATRO DE OPERAÇÕES DA BÓSNIA-HERZEGOVINA

1. *Enquadramento*

A divisão do Império Romano, no Século IV (395 D.C.), no Império do ocidente e oriente, associada ao deslocamento de eslavos do Norte para a região dos Balcãs e ainda conjugada com a divisão da Igreja Cristã em Igreja Católica e Ortodoxa em 1054 e com a introdução do Islamismo pelo Império otomano turco constituem factores determinantes na divergência cultural e religiosa profunda nesta região, que conduziu a séculos de hostilidades. O século XX não constitui excepção ficando inicialmente marcado pelas Guerras Balcânicas (1912-13) e conflito da I Guerra Mundial (1914-18). O período pós II Guerra Mundial, até meados da década de noventa, foi materializado por uma fase de estabilização da região organizada pela Federação Jugosláva, liderada pelo marechal Tito (Jozip Broz) e constituída por seis Republicas: Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedónia; várias minorias étnicas: húngaros, checos, albaneses e búlgaros; três línguas oficiais: servo-croata, macedónio e esloveno e dois alfabetos oficiais: latino e cirílico. A morte do marechal Tito em 1980 condiciona o destino da Jugoslávia que conjugado com a queda do muro de Berlim, entre outros factores, desencadeia um processo de desagregação da federação que culmina com o início da guerra em Abril de 1992 na Bósnia-Herzegovina.

2. *Antecedentes*

A intervenção da Comunidade Internacional permite pôr um fim ao conflito armado em 1995, dando-se no final desse ano, a assinatura dos Acordos de Dayton que definem a criação de uma Bósnia-Herzegovina constituída por duas entidades, a República Sprska e a Federação Croata-Muçumana, divididas por uma linha de separação inter-étnica, governada por cinco Presidentes, cinco Assembleias Parlamentares, com uma divisão administrativa de dez cantões, com governos próprios, na Federação Croata-Muçulmana e cento e quarenta e oito municípios na República Sprska englobando uma sociedade composta por três etnias, cinco religiões oficiais, dois alfabetos distintos e uma matriz cultural divergente.

O empenhamento militar da comunidade internacional em 1995, materializado por forças da NATO constituem inicialmente a Implementation Force (IFOR), e em 1996 pela Stabilization Force (SFOR) iniciam um longo processo de reconversão do país e implementação dos

acordos assumidos pelas partes beligerantes. Em 2004 na sequência da decisão da NATO em terminar a sua missão na Bósnia-Herzegovina e na adopção da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1551 de 09 de Julho de 2004, o Conselho da União Europeia adoptou a acção conjunta na qual se definia a Operação militar na Bósnia-Herzegovina que decorre actualmente sob a responsabilidade da Força da União Europeia (EUFOR).

Em conformidade com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, o Exército tem vindo a destacar forças para o Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina desde o início do empenhamento da NATO naquele Teatro Operações.

O comprometimento do Estado Português na contribuição para a estabilização da paz na Bósnia Herzegovina, na colaboração da criação de condições para um progressivo incremento da responsabilidade das partes nas acções de consolidação da paz e na uma crescente participação das componentes civis no estabelecimento de um ambiente de segurança naquela região dos Balcãs, mantém-se como desígnio que norteia o empenhamento do Exército naquele TO.

3. Missão e Organização EUFOR

Os objectivos da União Europeia para a operação na Bósnia Herzegovina são os de providenciar a dissuasão de forma a atingir os objectivos especificados nos Acordos de Dayton / Paris e contribuir para um ambiente seguro do país.

O objectivo operacional da força militar da União Europeia, levada a cabo com o recurso a capacidades e meios da NATO conforme acordado entre as partes, visa manter a prevenção da situação nas áreas de maior tensão e risco, através de operações com forças flexíveis de perfil militar discreto, orientadas para a recolha de informações.

A compreensão e monitorização da situação são conseguidas através de uma presença selectiva na área de operações de Unidades de Observação e Ligação e Equipas de Verificação. A compreensão da situação é obtida essencialmente por patrulhamentos, ligação com as autoridades locais, organizações internacionais e população com a finalidade primária de recolha de informação, possibilitando um alerta atempado sobre potenciais situações críticas.

As forças de manobra, componente dissuasora, ao nível da EUFOR e das Task Forces, constituem os meios para dissuadir ou reagir às hostilidades, podendo também ser orientadas para a obtenção de informações, através de

patrulhas ou outras actividades, especialmente em áreas de risco de conflito, embora não seja essa a sua missão principal. Estas forças poderão ser também utilizadas para reagir a situações de menor gravidade que requeiram intervenção de emergência, facilitando o emprego das forças de reserva operacional ou estratégica.

O estabelecimento das unidades de Observação e Ligação constituem um sinal claro que a comunidade internacional e o povo da Bósnia-Herzegovina alcançaram um ambiente seguro e estável. Este facto permitiu que se evoluísse para o estabelecimento de forças militares restritas em habitações localizadas em comunidades pré-seleccionadas.

É missão das Equipas de Observação e Ligação contribuir para a missão da EUFOR com recolha aberta de informação e ligação com as autoridades e população locais de forma a “sentir o pulso”. Cabe às Equipas de Observação e Ligação prover informação sobre a evolução da situação política, económica, social, ambiental e da segurança na sua Área de Interesse de modo a assegurar o conhecimento da situação aos Comandantes a todos os níveis. Efectuar uma ligação pro-activa com as organizações internacionais, governamentais e não-governamentais, autoridades e polícia locais e representantes locais das Forças Armadas da Bósnia-Herzegovina. Adicionalmente, podem ser atribuídas às Equipas de Observação e Ligação tarefas de recolha de informações específicas requeridas pelas forças multinacionais e pelo Quartel General da EUFOR para o desenvolvimento de Operações de Manobra, de forma a orientar Operações de Informações ou focar os meios de vigilância e reconhecimento” e apoiar, igualmente, campanhas de informação através da disseminação das mensagens chave da EUFOR.



As Equipas de Observação e Ligação constituem as principais unidades de recolha de informações da força, sendo complementadas pela Companhia de Reconhecimento, Esquadrão de Helicópteros e Companhias do Batalhão de Manobra através de patrulhas regulares ou operações de reconhecimento específicas. A informação recolhida é compilada e analisada por células de análise da informação que posteriormente

procedem à sua difusão pelos diversos órgãos com destaque para a Área das Informações a fim e apoiar o planeamento e condução das operações da força.

4. Ambiente operacional

a. Caracterização da área de responsabilidade da equipa de observação e ligação

O município de Doboj, situado na Republika Srpska, abrange uma área de 697 km² que corresponde a 85% do território anterior a Guerra. Caracterizado por férteis planícies ao longo do Rio Bosna e pequenos sistemas montanhosos, é constituído por 70 comunidades locais.

Vivem actualmente no município aproximadamente 100.000 habitantes, dos quais 24.000 muçulmanos regressados e 20.000 sérvios deslocados da federação. Fazem parte também do município outras minorias étnicas das quais se destaca a comunidade cigana. No período anterior ao conflito muçulmanos e croatas representavam 65% da população do município de Doboj. Apesar do regresso dos croatas ser praticamente inexistente, o município de Doboj tem demonstrado abertura e empenho na promoção de uma sociedade multi-étnica.

Do ponto de vista religioso, o município de Doboj caracteriza-se pela existência das comunidades religiosas ortodoxa, muçulmana, católica, judaica e protestante. A comunidade ortodoxa apresenta maior representatividade seguida da muçulmana e da comunidade católica. As restantes comunidades religiosas apresentam expressão reduzida. Durante o conflito as diferentes comunidades religiosas desempenharam um papel importante na vida das pessoas. Actualmente a sua influência mantém-se determinante uma vez que todas as comunidades religiosas lidam com dois grupos importantes de cidadãos: retornados e deslocados sérvios, muçulmanos e croatas e representam um papel importante no processo de reconciliação e de integração na sociedade.

No período anterior à guerra a economia de Doboj centrava-se essencialmente no transporte ferroviário e comércio, assim como no processamento de produtos alimentares.

Os resultados económicos do Município de Doboj reflectem a tecnologia ultrapassada, os recursos humanos não especializados. Actualmente não existem verdadeiramente unidades de produção de grandes dimensões, dado que as grandes empresas encontram-se falidas e em fase de privatização. As pequenas unidades fabris e os serviços dominam a economia do município, com especial ênfase para as áreas da restauração e pequeno comércio.

A ausência de investimento, baixo nível tecnológico, baixa taxa de produtividade, reduzida capacidade de produção e reparação, organização desajustada e ausência de “marketing” constituem alguns dos problemas que afectam as empresas do município, especialmente as empresas ligadas ao sector produtivo. O processo de privatização tem sido moroso, inadequado e ineficiente, o que naturalmente tem também contribuído para a actual situação.

b. Áreas de actuação

(1) Reuniões/Entrevistas/Ligação

- Autoridades municipais: câmara, comunidades locais, líderes religiosos, centros de Saúde, Escolas;
- Agentes de segurança locais: polícia, agências de protecção civil, unidades militares, serviços de fronteiras, serviços alfandegários e unidades de gestão florestal;
- Líderes políticos e representantes partidos políticos;
- Organizações internacionais e não governamentais representadas na área de responsabilidades;

(2) Realização de Patrulhas com o objectivo a monitoriar a situação e manter um presença contínua na área de responsabilidade;

(3) Resposta a pedidos de informação por parte célula de análise, visando a obtenção de informação específica;

(4) Participação em actividades operacionais específicas de apoio directo às operações de manobra e de Informação no combate ao crime organizado;

(5) Recolha de informação nas mais diversas fontes:

- (a) Entidades e relatórios diários enviados pelo escalão superior;
- (b) Organizações Internacionais;
- (c) Autoridades, representantes e Organizações Governamentais locais;
- (d) Organizações Não Governamentais;
- (e) Imprensa regional e nacional;
- (f) Sites internet;
- (g) Canais televisão regionais;
- (h) População.

- (6) Apoio a cidadãos que voluntariamente recorreram às equipas de observação e ligação com a intenção de prestar informações, apresentar queixas ou receber aconselhamento ou informações em áreas como:
- Queixas sobre a actuação das Autoridades Locais;
 - Ajuda humanitária;
 - Queixas/denúncias contra privados;
 - Direitos de propriedade.
- (7) Divulgação de informação sobre a área de responsabilidade a outras unidades da EUFOR com vista a facilitar a familiarização com área de operações, incluído acções de reconhecimento no terreno e a cedência de informações com vista à realização de operações futuras.
- (8) Execução de exercícios no âmbito da Protecção da Força.



5. Considerações Finais

Considerando que as Equipas de Observação e Ligação constituem unidades de recolha aberta de informação (observação visual e comunicação directa), a quantidade, qualidade e oportunidade da informação obtida dependem do conhecimento da situação, da capacidade de comunicação e diplomacia utilizadas nos contactos diários efectuados pelos membros das equipas com autoridades locais civis e militares, religiosas, organizações internacionais e população em geral. O perfil e desempenho dos militares

que guarnecem as Equipas de Observação e Ligação adquire especial relevo devendo satisfazer requisitos mínimos em áreas como:

- Formação específica na área das informações, possibilitando o domínio da técnica de formulação de perguntas, técnica de utilização de interpretes, técnicas de elaboração de relatórios e técnicas de briefingue;
- Capacidade de comunicação em língua inglesa, falada e escrita;
- Conhecimentos de meios de informática na óptica do utilizador, com especial ênfase no processamento de texto, manuseamento de bases de dados de informação e de imagem digital;
- Habilitação de condução de viaturas militares na Categoria “B”.

De forma a utilizar os requisitos necessários ao desempenho da função os militares das Equipas de Ligação e Observação devem ser sujeitos a processo de formação que permita adquirir conhecimentos e competências em áreas como:

- Enquadramento geográfico, histórico, político, social, religioso, cultural e económico alargado da Área de Operações de actuação da Equipa de Observação e Ligação;
- Conhecimento de todos os Actores presentes no Teatro de Operações com especial relevo para organizações internacionais e organizações não governamentais;
- Conceito de operações de informação;
- Técnicas de relacionamento com os meios de comunicação social;
- Técnica de utilização de intérpretes;
- Condução de viaturas tácticas ligeiras em estrada e todo-o-terreno e em condições meteorológicas adversas;
- Conhecimento de Minas e Engenhos explosivos usados no conflito.

A quantidade e qualidade da informação obtida pelas Equipas de Observação e Ligação dependem não só das qualidades pessoais e profissionais dos membros das equipas, mas também do reconhecimento da aceitação e conservação da confiança conquistada junto das autoridades, representantes e população locais. A actividade operacional das Equipas de Observação e Ligação não deve ser afectada pela rotação dos contingentes. O sistema de rotação deve decorrer de forma desfasada no tempo, permitindo que parte do efectivo da Equipa de Observação e Ligação seja constituído por elementos já com experiência de missão que possam assegurar uma transição gradual sem quebra da relação de confiança e baseado na metodologia de “On Job Training”.

A presença militar na Bósnia-Herzegovina aponta no futuro para um sistema de força militar restrita baseada fundamentalmente em Equipas de Observação e Ligação inseridas e integradas em comunidades locais. O Exército apesar de ter reduzido substancialmente a presença militar na Bósnia-Herzegovina continua a manter duas Equipas de Ligação e Observação no Teatro de Operações.

O conceito de Unidades de Observação e Ligação constitui a forma de presença militar mais adequada a ambientes operacionais em fase de estabilização.

- Apesar das Equipas de Observação e Ligação serem constituídas por um efectivo e meios reduzidos, a sua integração e inserção em comunidades locais permite o contacto permanente com a autoridades locais e população e representam um meio eficaz que permite monitorizar e avaliar em permanência a evolução da situação política, económica, social, étnica, religiosa, ambiental e da segurança do Teatro de Operações antecipando a identificação de potenciais situações críticas.
- Apesar do desempenho da função exigir requisitos, estes podem ser adquiridos e ser desempenhadas por quadros do exército de qualquer arma ou serviço.
- Constitui uma mais valia na aquisição de experiência com aplicabilidade em outros Teatros de Operações.

TEATRO DE OPERAÇÕES DO IRAQUE

Enquadramento

Na sequência do esforço realizado por Portugal no Teatro de Operações do Iraque desde 21 de Fevereiro de 2005, no âmbito dos compromissos internacionais assumidos, o Exército Português participou na “*North Atlantic Treaty Organisation (NATO) Training Mission – Iraq (NTM-I)*” no período de 19 de Fevereiro a 19 de Agosto de 2006, com um efectivo de seis militares da Brigada de Intervenção, dos quais dois Oficiais de Artilharia do Grupo de Artilharia de Campanha, do Regimento de Artilharia Nº 4, em Leiria.



A delegação portuguesa iniciou a sua missão em 19 de Fevereiro de 2006, aquando do seu embarque para Nápoles, a fim de ser inserida num programa de pré-projecção, (*pre-deployment*) conjuntamente com militares de cerca de vinte países, com a duração de quatro dias, que teve lugar nas instalações do Allied Joint Force Command (AJFC). O programa de *pre-deployment* visou, essencialmente, confirmar as guias de marcha NATO, as credenciações de segurança, o preenchimento do Crisis Establishment em vigor (C.E. 3.0) e a verificação de documentação para o transporte de eventual armamento e munições para o Teatro de Operações. O restante programa foi preenchido com apresentações sobre Operações, actualização da situação em matéria de Informações, estrutura da Coligação e da NATO Training Mission – Iraq, bem como informação relativa à relação de Comando e responsabilidade na estrutura da NATO envolvida na missão, aspectos relevantes da cultura árabe e aspectos significativos de natureza sanitária.

A 24 de Fevereiro teve lugar a partida para o Teatro de Operações, cuja porta de entrada é o Baghdad International Airport (BIAP), localizado no Victory Camp Complex (VCC). O transporte aéreo foi efectuado num avião C-17 da Força Aérea Americana. Os *Newcomers*, designação pela qual são normalmente designados os militares que compõem o efectivo de cada nova rotação foram depois transportados para a *International Zone* (IZ) por intermédio de dois helicópteros CH-46. As delegações deslocaram-se para a



área da Embaixada Americana, onde foi feito um rastreio às bagagens e atribuído um cartão provisório de acesso à área da Embaixada, onde ficaram alojadas durante quatro dias num pavilhão, perto da mesma, com capacidade para duzentas pessoas em espaço único. Durante este período foi cumprido um programa de adaptação à missão ganhando particular relevo o conhecimento da organização e a tomada de contacto com os

Palácio Presidencial – “Embaixada Americana”.

militares e civis e as actividades que desempenhavam no Quartel General da Nato Training Mission-Iraque e do *National Joint Operations Center* (NJO), ambos localizados na Zona Internacional. A realização do

“handover”⁵ com os substituídos, culminou na passagem do testemunho. Neste particular impõe-se uma referência para o facto de alguns militares portugueses exercerem cargos nunca de antes ocupados ou receberem o testemunho de um militar de diferente nacionalidade. Outro aspecto susceptível de ser referido é o que diz respeito à não total coincidência entre os cargos para os quais os militares portugueses foram nomeados e aqueles que ocuparam efectivamente, embora seja bem conhecida a capacidade de adaptação dos militares portugueses às mais variadas circunstâncias.

Antecedentes

A *NATO Training Mission – Iraq (NTM-I)*, foi antecedida no Teatro de Operações pela *NATO Training Implementation Mission – Iraq (NTMI-I)*. Esta última chegou ao Iraque em 14 de Agosto de 2004, na sequência de um pedido do primeiro-ministro iraquiano Ilyad Allawi, em carta de 22, de Junho dirigida ao Secretário-Geral da NATO, solicitando apoio em treino e assistência técnica. Neste contexto, teve lugar a 28 de Junho a decisão dos Chefes de Estado e de Governo dos países da Aliança, durante a Conferência de Istambul, em apoiar o Iraque em matéria de treino.

As tarefas então cometidas à *NATO Training Mission – Iraq* foram: identificar as necessidades de treino das *Iraqi Security Forces (ISF)*; iniciar acções preliminares de treino a grupos seleccionados de quadros iraquianos que serviam nos respectivos Quartéis-Generais, estabelecer ligação com responsáveis das ISF, forças da coligação e departamentos governamentais, e preparar as condições físicas para desenvolver a missão.

Em Novembro de 2004 o *Supreme Allied Command Europe (SACEUR)* preparou um detalhado conceito de operações, onde se incluía o âmbito do NTM-I, nomeadamente as Regras de Empenhamento (*Rules of Engagement – ROE*) destinadas à protecção da força.

Em 9 de Dezembro de 2004, os ministros de Negócios Estrangeiros das nações integrantes da NATO reunidos em Bruxelas autorizaram o SACEUR seguir com a missão.

O SACEUR, através da difusão de uma Ordem de Operações, promulgou a activação da NTM-I, em 16 de Dezembro de 2004 e a nomeação do TGen David Petraeus (US Army) como seu comandante. Este Oficial General é simultaneamente o comandante do *Multinational Security Transition Command-Iraq (MNSTC-I)*, estrutura integrante das forças da coligação que tem, entre outras, a responsabilidade de treinar as unidades constituídas das recém criadas *Iraqi Security Forces*.

⁵ handover – Passagem do testemunho aos militares que passaram a exercer os cargos ocupados pelos militares portugueses.

Foi ainda estabelecido que em matéria de Comando e Controlo (C2) a NTM-I dependeria do SACEUR através do *Allied Joint Force Command Naples (AJFC)*. Envolve simultaneamente o *Allied Command for Transformation (ACT)* e o *Allied Command Operations (ACO)*, demonstrando assim as novas capacidades da Aliança como instrumento da segurança global no séc. XXI, agora também vocacionada para as áreas da cooperação e desenvolvimento de estruturas de segurança, em locais do globo onde a necessidade de estabilização muito contribui para a própria segurança do seu espaço.

Missão e Organização

A NTM-I tem como missão treinar e aconselhar, com maior incidência militares que desempenhem cargos ou funções em Estados Maiores e está focalizada no treino aos níveis intermédio e superior de Comando e Estado Maior e pretende desenvolver uma forte capacidade de liderança aos níveis estratégico, operacional e tático. Acompanhar e apoiar ao levantamento e consolidação de uma Academia Militar, de um Comando e Centro de Instrução, Educação e Doutrina, e de assistir no equipamento e apoio técnico às Forças Armadas do Iraque, no que à coordenação das contribuições de países doadores diz respeito, em total cooperação com o Governo iraquiano e com o *Multinational Security Transition Command-Iraq (MNSTC-I)*.

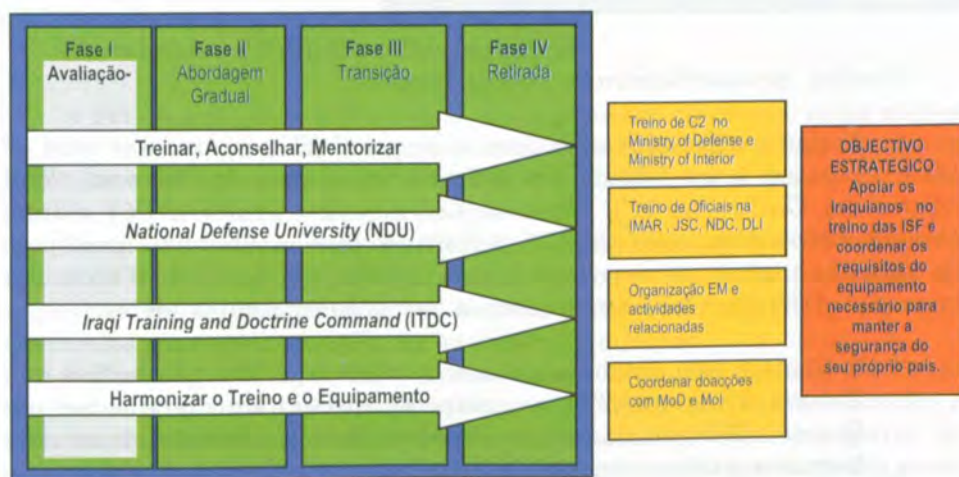
No conceito de actuação da NTM-I cabe aos responsáveis iraquianos tomar decisões, considerando-se que a missão está no terreno para aconselhar e assistir.



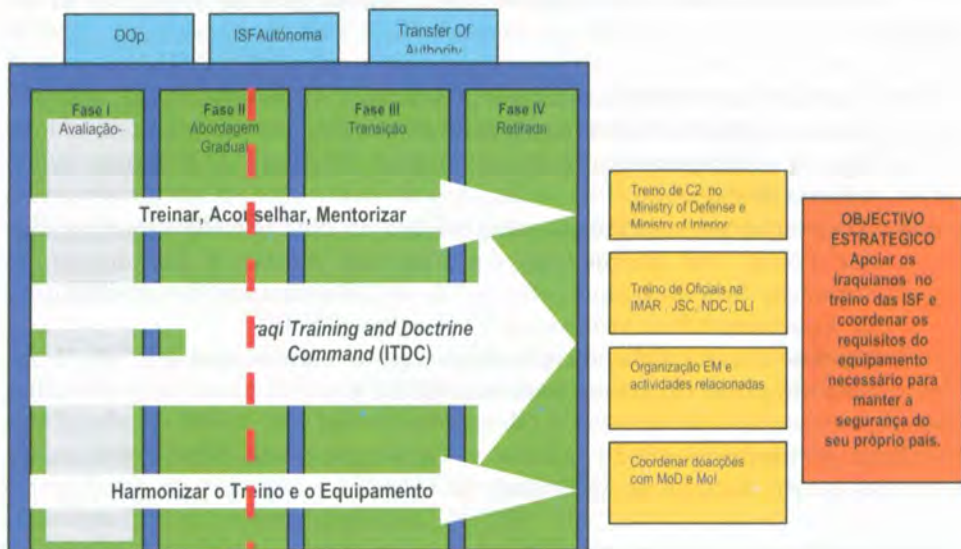
O esforço da missão encontra-se direccionado para as seguintes áreas de acção:

- Providenciar treino e assistência a grupos de pessoal do *Ministry of Defense (MoD)*, predominantemente militar;
- Apoiar o levantamento de estruturas destinadas à formação de oficiais de carreira;
- Coordenar as contribuições das nações da NATO e PfP (Partnership for Peace) em doações de equipamento militar e em acções de formação fora do Iraque, através do estabelecimento de um *Training & Equipment Synchronzation Committee (TESC)*;
- Apoiar em matéria de planeamento, o estabelecimento do *Iraqi Training and Doctrine Command (ITDC)*;

Para o cumprimento da missão, o Comandante da NTM-I definiu as seguintes quatro Linhas de Actividade (LOA's):



A partir do final de Setembro de 2005 a 2ª e a 3ª LOA foram fundidas em apenas uma linha.



Treino, Aconselhamento, Mentoriação

O *Training Operations*(TrnOps) é responsável por executar esta 1ª LOA. O treino é ministrado aos Oficiais iraquianos do *National Joint Operations Center (NJOc)*, *National Coordination Center (NCC)* e *Iraqi Ground Forces Command (IGFC)*, permitindo-lhes manter uma percepção da situação e torná-los responsáveis pela análise, planeamento e apoio das operações. O TrnOps também ministra a formação em computadores;

- O TrnOps tem estabelecido um número de *Mobile Education and Trainig Team (METT)*, as quais se apresentam diariamente nos Quartéis-Generais iraquianos. Devido a algumas restrições de recursos humanos, o treino está focalizado no pessoal dos Centros de Operações;
- Aconselhamento e a mentoriação proporcionou formação e treino aos Oficiais e civis em funções de Comando e em outras áreas. O MNSTC-I, a NTM-I e o LJFC trabalham em estreita coordenação a fim de atribuir capacidade aos Quartéis-Generais de conduzir e liderar as operações iraquianas;
- Durante o primeiro semestre de 2006 foram realizados três Exercícios de Postos de Comando (CPX), os quais foram levados a efeito a nível inter ministerial.

Iraqi Training and Doctrine Command (ITDC).

- De entre as três LOA definidas, a respeitante ao ITDC é a que se encontra numa fase de desenvolvimento menos avançada, registando no entanto, enormes progressos. Com efeito, o ITDC atingiu em 25JUL06, a *Initial Operational Capability (IOC)*, prevendo-se que em JUL07 atinja a *Final Operational Capability (FOC)*;
- Numa perspectiva a longo prazo, a criação e desenvolvimento do ITDC constituirá um dos mais significativos avanços das ISF e revelar-se-á, seguramente, o mais importante contributo da NTM-I para o desenvolvimento das ISF;
- A missão do ITDC consiste em planear, executar, avaliar, coordenar e desenvolver o treino e a educação militar, assim como produzir e implementar doutrina conjunta ao nível tático, operacional e estratégico preparando os líderes, militares e civis iraquianos, a fim de estabelecer uma organização auto sustentada de forma harmónica e profissional para as Forças de Defesa Iraquianas.

Harmonizar o Treino e o Equipamento

A fim de assegurar que o treino e equipamento oferecidos pelas nações da NATO, e outras, estão em concordância com a doutrina e com requisitos logísticos e de interoperabilidade definidos pelas ISF, todos os donativos são geridos dentro de uma estrutura integradora.

Nesta estrutura existe o *NATO Training Equipment Coordination Group (NTECG)* cujo objectivo é coordenar o treino fora do Iraque, definir os requisitos do equipamento e os donativos em equipamento e material efectuados por nações ou agências ao governo iraquiano.

O *Training and Equipment Coordination Committee (TECC)* é o fórum no qual os requisitos apresentados pelo governo iraquiano são coordenados e introduzidos no sistema. Também as aprovações/rejeições, por parte do governo iraquiano, às ofertas de equipamento/treino, são apresentadas neste Comité. O MNSTC-I também está representado neste fórum para avaliar a forma como o treino ou equipamento oferecido se coaduna com os interesses das ISF.

No âmbito desta estrutura, o Comando do JFCN conduz a sincronização deste processo através da célula designada por *Training & Equipment Synchronzation Committee (TESC)*, estando a autoridade de aprovação delegada no Comandante da NTM-I. Desta forma o TESC contribui para o trabalho e coordenação levado a cabo pelo TECC.

Actuação Pessoal na NTM-I

Os militares portugueses de Artilharia que participaram nesta missão desenvolveram actividades nas seguintes áreas:

Major de Artilharia António Lourenço:

- Assessoria diária do *Iraqi Training and Doctrine Center (ITDCtr)* no desenvolvimento do conceito doutrinário e apoio nas diferentes áreas funcionais;
- Integrado no plano de implementação do ITDCtr, participação em diversas reuniões de coordenação para a sua instalação no *Cultural Center Compound (CCC)*;
- Participação no grupo de trabalho para o desenvolvimento do TDCTR e sua interligação com o *Iraqi Lessons Learned Center (ILLCTR)*;
- Participação em reuniões com o MNSTC-I e com a estrutura militar do MoD com vista ao envolvimento no conceito geral de implementação da doutrina aos níveis tático e operacional;
- Coordenação dos assuntos relacionados com a atribuição de cartões de acesso à *International Zone (IZ)* e ao CCC, ao pessoal do TDCTR;
- Acompanhamento da situação de Informações no Teatro de Operações para elaboração do *Situation Report (SITREP)* semanal a ser enviado para Portugal



Capitão de Artilharia Pedro Azevedo:

- Participação em seminários sobre Direitos Humanos e Direito Humanitário;
- Ministrando instrução sobre Direitos Humanos e Direito Humanitário, aos militares do ITDC;
- Produção de material de instrução na área de Direitos Humanos e Direito Humanitário para servir de suporte às várias equipas de treino da NTM-I e MNSTC-I (MoD, MoI, IGFC, NJOC);

- Participação na criação do Iraqi Center of Military Values Principles and Leadership sendo responsável pela recolha de legislação e preparação da Biblioteca do referido Centro;
- Participação na Task Force Rule of Law, cujo objectivo consiste em detectar as falhas do sistema judicial iraquiano e, tentar solucionar as falhas detectadas;
- Participação no “Sector Working Group”, grupo de trabalho sob direcção da Organização das Nações Unidas (UNAMI) que tem como objectivo reunir com os vários Ministérios iraquianos e descobrir quais as suas necessidades mais urgentes para, posteriormente, encontrar países ou Organizações Não Governamentais (ONG’s) dispostos a colaborar no sentido de colmatar tais necessidades.

Considerações Finais

A experiência vivida neste Teatro de Operações, com conhecimentos adquiridos, nesta e noutras missões em ambientes de trabalho multinacional e fora de Portugal, mostrou mais uma vez quão adaptável é o militar português e o Artilheiro em particular, aos mais variados cenários e situações, independentemente da preparação específica que tenha recebido para o efeito.

A Bandeira de Portugal esteve, assim, sempre hasteada à altura de qualquer outra.

REFERÊNCIAS

Livros

- CARPINTIER, Jean, História da Europa (Editorial Estampa 2002).
- GLENNY, Mischa, The Balkans – Nationalism, War and the Great Powers 1804-1999, (Penguin Books, 2001).
- MOURE, Michel, Dicionário de História Universal (Edições ASA 1998).
- O Exército Português em Timor Leste*, Major Infanteria Gonçalo Azevedo; Major Infanteria Luís Calmeiro, Secção de Cooperação Militar e Alianças do GAB/CEME, Outubro 2004.

Documentos Diversos

- Plano Administrativo-Logístico “Visconde” do CMD LOG de 02MAI05.
- Directiva N.º 204/CEME/05.
- General Framework Agreement for Peace (GFAP).
- SOP 5402 “Liaison and Observation Team (LOT) Tactics Techniques and Procedures (TTP) (EUFOR LOT Concept)” de 01DEC05 .

Sites consultados

- <http://www.Euforbih.org>
- http://www.europa.eu/index_pt.htm
- <http://www.ohr.com>
- <http://www.exercito.pt>
- <http://www.nato.int>
- en.wikipedia.org/
- www.nato.int/kfor/
- www.unmikonline.org/

